



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - SISTEMA CARCERÁRIO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1878/07	DATA: 25/10/2007
INÍCIO: 16h47min	TÉRMINO: 20h09min	DURAÇÃO: 3h22min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 3h21min	PÁGINAS: 73	QUARTOS: 41

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JOSÉ CÉSAR LEME DA SILVA - Presidente da Câmara de Vereadores de Cascavel.  
JORGE VICTOR LAUXEN - Vereador e membro do Conselho de Segurança de Cascavel.  
CLAYTON AGOSTINHO AUWERTER- Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná.  
LUCIANO BRAGA CÔRTEZ - Presidente da Subseção da OAB de Cascavel.  
PAULO DAMAS - Juiz Titular da Vara de Execuções Penais de Cascavel.  
ANDRÉA SIMONE FRIAS - Promotora da 11ª Promotoria de Justiça de Cascavel.  
VANDER PIAIA - Vice-Prefeito de Cascavel.  
JAIR RAMOS BRAGA - Secretário de Estado da Justiça e Cidadania do Estado do Paraná.  
WILSON SALLES DAMÁZIO - Diretor do Sistema Penitenciário Federal.  
LAURI DA SILVA - Vice-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil/Subseção de Cascavel.  
CLEBER EVANGELISTA - Presidente da Comissão de Direitos Humanos.  
ANTÔNIO AMAURI FERREIRA LIMA - Presidente do Centro de Detenção e Ressocialização.  
JUAREZ ALVES PEREIRA - Diretor da Penitenciária Industrial de Cascavel, Estado do Paraná.

SUMÁRIO: Esclarecimentos sobre o sistema carcerário no Município de Cascavel, Estado do Paraná.

OBSERVAÇÕES

Diligência realizada na Câmara Legislativa do Município de Cascavel, Estado do Paraná.  
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Federal criada com a finalidade de investigar e diagnosticar o sistema carcerário brasileiro.

A CPI do Sistema Carcerário foi criada no dia 23 de agosto, com o objetivo de fazer levantamento e investigação sobre a população carcerária brasileira, as facções criminosas que atuam dentro do sistema carcerário, as denúncias de maus-tratos e violência dentro dos presídios brasileiros. Tem também o objetivo de fazer um diagnóstico do IDH da população carcerária, discutir o modelo do sistema prisional brasileiro, o custo penitenciário no Brasil e o custo do preso por Estado, além de investigar denúncias de corrupção policial, superfaturamento de compras e de construção no País.

Estamos aqui, na cidade de Cascavel, cumprindo agenda da Comissão, que está fazendo uma visita aos Estados brasileiros, conhecendo o sistema prisional.

Aqui, nesta região, temos a Penitenciária Federal de Catanduvas, o segundo presídio do Brasil, nessa modalidade. A CPI está aproveitando esta oportunidade para visitar o Catanduvas e também a penitenciária da cidade de Cascavel. Essas foram as 2 que tivemos a oportunidade de visitar.

Vamos discutir com as autoridades locais os problemas do sistema carcerário no Estado do Paraná.

Estamos acompanhados da Deputada Federal Jusmari Oliveira, do Estado da Bahia, e da Deputada Luciana, do Estado de São Paulo. Este que fala aos senhores é o Deputado Neucimar Fraga, do Estado do Espírito Santo. Estamos acompanhados também de assessores da Comissão e técnicos.

Para tomar assento conosco convidamos os que participam desta audiência: Dr. Wilson Salles Damázio, Diretor do Sistema Penitenciário Federal; Dr. Jair Ramos Braga, Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania do Estado do Paraná; Dr. Paulo Damas, Juiz titular da Vara de Execuções Penais de Cascavel; Dr. Luciano Braga Cortês, Presidente da Subseção da OAB de Cascavel; Vereador Jorge Victor Lauxen, membro do Conselho de Segurança da Cidade e da Pastoral Carcerária e membro da Comissão de Segurança da Câmara. Não sei se o Jorge está presente. Ele é nosso convidado, confirmou presença, mas, até o momento, parece que não está presente.



Se a Secretaria da Câmara pudesse entrar em contato com o Vereador, que iria falar também em nome da Pastoral Carcerária, nós agradeceríamos.

Convidamos também o Dr. Juarez Alves Pereira, Diretor da Penitenciária Industrial de Cascavel, que está aqui conosco; o Sr. Clayton Agostinho Auwerter, Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná; o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Vereador Júlio César Leme da Silva, e a Dra. Andréa Simone Frias, Promotora de Justiça do Estado do Paraná.

Registramos a presença do Vereador Juarez Luiz Berte, do PPS. Não sei se há mais algum Vereador presente, da Câmara Municipal. *(Pausa.)* Vereador Otto dos Reis Filho, do DEM, a quem agradecemos a presença.

Em nome da Câmara Federal e da CPI, agradeço ao Presidente da Câmara de Vereadores por ter concedido este espaço para a realização desta audiência pública.

Como já abrimos nossa fala, esta CPI foi instalada na Câmara Federal com o objetivo de fazer diagnóstico do sistema carcerário brasileiro. Estamos visitando todos os Estados, que entendemos são importantes para fazermos uma boa avaliação sobre o sistema carcerário do País. Temos feito as audiências públicas na Câmara Federal, nas terças-feiras, debatendo com autoridades relacionadas aos assuntos pertinentes ao sistema carcerário, discutindo alteração no Código Penal, discutindo o sistema e o modelo prisionais, discutindo os números que têm chegado até nós sobre a população carcerária no Brasil e sobre as experiências apresentadas.

Nosso País tem a 5ª população carcerária do mundo, temos hoje cerca de 420 mil presos. Os Estados Unidos têm 1% da população presa, são 250 milhões de habitantes e cerca de 2 milhões e meio de presos. Proporcionalmente, o Brasil tem cerca de 0,25 da população encarcerada, porque são 180 milhões de habitantes e temos cerca de 420 mil presos. Temos hoje um déficit na população carcerária de cerca de 220 mil vagas dentro do sistema prisional brasileiro. Temos, agora, nos números levantados pelo DEPEN, que o Damázio nos passou ainda há pouco, levantamento feito pelo DEPEN de cerca de 580 mil mandados de prisão que ainda não puderam ser cumpridos no Brasil e, se fossem cumpridos, não saberíamos onde colocar todos esses presos. É verdade que, durante muitos anos, foi feito um



discurso muito fácil no Brasil de que não adiantava construir mais presídios e, sim, escolas. Alguns governantes não construíram nem escolas nem presídios. Hoje temos déficits de vagas nas escolas e déficits de vagas nos presídios brasileiros.

A CPI tem uma responsabilidade muito grande: quebrar alguns tabus sobre o sistema penitenciário. A sociedade, muitas vezes, vê investimento no sistema penitenciário como regalia para preso, e estamos convencidos de que, hoje, investimento no sistema carcerário é investir na segurança pública do cidadão, porque a maior parte dos crimes é comandada de dentro das cadeias brasileiras.

As penitenciárias brasileiras, muitas delas, tornaram-se salvo-conduto para o crime, e, hoje, boa parte dos crimes são comandados de dentro das cadeias. Num país onde não é aplicada a pena de morte, como é o caso do Brasil, temos mais mortes dentro do sistema carcerário brasileiro do que se pegarmos as estatísticas dos países que aplicam a pena de morte com rigor, como Estados Unidos e China, que não chegam aos números que temos de morte dentro do sistema prisional brasileiro. Nos últimos 18 meses, de janeiro de 2006 a junho de 2007, quase 1.800 mortes dentro do sistema carcerário brasileiro.

Somente este ano, mais de 30 mil fugas dentro do sistema carcerário brasileiro. Ou seja, temos um sistema que não está cumprindo com sua função, com raríssimas exceções — com raríssimas exceções! Temos algumas experiências em alguns Estados. Nem mesmo os Estados conseguem implementar o mesmo sistema e o mesmo modelo de prisão exitosa em todas as administrações que eles exercem no sistema prisional. O Governo Federal e a Câmara Federal estão preocupados com esses números, estão preocupados com esses dados. O Governo Federal, agora, num pacote de investimento chamado PRONASCI, investindo mais de 7 bilhões — 7 bilhões! — no sistema de segurança do Brasil, cerca de 1 bilhão e 200 só no sistema prisional, para a geração de novas vagas no sistema prisional. Mas mesmo com esse investimento, sabemos que ainda a oferta de vagas é muito pouca, e é por isso que temos de discutir um modelo prisional que cumpra sua função e que faça com que a sociedade se sinta segura quando a Polícia, com toda bravura, com toda capacidade, prende um acusado ou um foragido. Mas, a partir daí, o que poderia ser uma solução, passa a ser um problema, às vezes, até maior para a sociedade. E aquele criminoso, que a sociedade pensa que está livre dele por



um tempo, acaba, de dentro da cadeia, conseguindo mais poder e mais força para comandar o crime aqui fora. E é por isso que a CPI nasce com esse objetivo e é por isso que estamos aqui, e agradecemos a presença a todos.

Neste momento, vou passar a palavra ao Presidente da Câmara, para fazer uma saudação, em nome desta Casa de leis, aos presentes nesta audiência pública.

**O SR. JÚLIO CÉSAR LEME DA SILVA** - Uma boa tarde a todos!

Uma saudação aos cascavelenses que estão aqui, às autoridades já nominadas. Agradecer inicialmente a V.Exa., Presidente da Comissão, e dizer aos Deputados e Deputadas e também às autoridades já constituídas no Governo do Estado, autoridades judiciais, que é uma honra e uma satisfação estarmos recebendo a Comissão que está instalada e está desenvolvendo todo um trabalho importante não só para o oeste do Paraná, não só para o Paraná, mas para o País como um todo, para fazer um retrato, para traçar um perfil daquilo que nós identificamos e sabemos que são os problemas carcerários.

Quero agradecer a presença a todos e dizer que a Câmara de Cascavel está à disposição de V.Exas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos ao Presidente da Câmara e agradecemos, em nome dele, a todos os Vereadores desta Casa de leis.

Queremos registrar a presença já conosco do Vereador Jorge Victor, que é membro do Conselho de Segurança da cidade, da Pastoral Carcerária e da Comissão de Segurança desta Câmara Municipal.

Queremos aproveitar e passar a palavra ao Vereador para fazer uma saudação e já tecer comentário a respeito do sistema prisional da região.

**O SR. JORGE VICTOR LAUXEN** - Boa-tarde, Sr. Presidente, Deputados, Deputadas, pessoas que participam da Mesa.

Para nós é um prazer participar desse importante trabalho que está sendo realizado, como o próprio Vereador Julio, Presidente da Casa, disse, não só para o oeste do Paraná, mas para o Paraná e para o Brasil, que dignifica o trabalho por vocês realizado.



Faço parte do Conselho de Segurança de Cascavel, também sou membro da Comissão de Segurança da Câmara Municipal e faço parte da Pastoral Carcerária, que é um braço da Igreja Católica, que faz o atendimento aos presos na cadeia e também na penitenciária. Nesse trabalho realizado, eles fazem um trabalho social visando ao bem-estar, principalmente, das famílias dos presos. São vários voluntários que fazem o trabalho social, visitando as pessoas e as casas das pessoas, onde notam os problemas que acontecem, ouvem os problemas que acontecem dentro da própria cadeia e também das penitenciárias.

Para fazer um breve relato, Sr. Presidente, vemos ali, tínhamos em Cascavel, que não vem ao caso, o Cadeião onde era para 140 presos e já estava com 740 até 40, 60 dias atrás. E ali, sim, era... Até em forma de brincadeira, hoje, na parte da tarde, com o Dr. Paulo Damas, falamos que ali acontecia a festa *rave* e, hoje, não acontece mais lá, na penitenciária. O que era a festa *rave*? Não se tinha um controle sobre as pessoas, sobre os presos lá. Quanto à penitenciária, no nosso entender, hoje, já está muito bem controlada, está dentro do seu suporte técnico em termos de condições humanas, sob a visão da Pastoral Carcerária, e o atendimento a eles dignifica a própria vida em relação à cadeia onde eles estavam. Vimos algumas deficiências da penitenciária, de repente, uma estrutura um pouco melhor, de repente, falta de homens, falta de homens para uma melhor segurança, e isso está sendo cobrado também no CDR, do Governo do Estado. Mas, *grosso modo*, nas conversas que tem a Pastoral Carcerária com aos presos, existem alguns membros que vêm do PCC e do Comando Vermelho, colocam-se nessa posição, mas não existe, assim, uma força deles aqui dentro, nesse sentido. Qualificam-se como membros isoladamente, mas também não há assim um controle deles sobre o sistema.

Esse é um raio X bem simples do que acontece sob a visão da Pastoral Carcerária.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Só para aproveitar a oportunidade que V.Sa. fala em nome da Pastoral Carcerária, a Pastoral tem recebido, nas visitas que tem feito aos presídios, alguma denúncia de tortura, de maus-tratos, por parte de agentes ou diretores?



**O SR. JORGE VICTOR LAUXEN** - Nas visitas, inclusive o Sr. Ema é um dos que vão semanalmente, o senhor ali de camisa azul, eles vão semanalmente fazer missas e visitas, ele que faz o contato com várias pessoas e não recebe denúncias de torturas nesse sentido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nós vamos, no final da explanação dos convidados, abrir a palavra para os que estão participando conosco, caso tenham alguma contribuição a dar para a CPI por oferecimento de proposta ou repasse de alguma denúncia que tenha recebido, um questionamento. Nós vamos abrir esse espaço. Inclusive, nosso assessor, o Camilo, já está autorizado a receber as inscrições daqueles que queiram falar, após os nossos convidados, e dar sua contribuição também nesta CPI.

Aqui é um espaço aberto para que as autoridades locais, as entidades que acompanham o sistema carcerário tenham um espaço para oferecer uma proposta ou uma denúncia sobre o sistema carcerário da região. Inclusive as autoridades locais, se quiserem se manifestar sobre o impacto causado na região com a construção desses presídios, também têm a oportunidade neste espaço.

Nós queremos agradecer e convidar para a Mesa o Vice-Prefeito da cidade, Vander Piaia. E queríamos também convidar para estar nesta Mesa o Cel. Antonio Amauri, Diretor do CDR.

Passo a palavra agora ao Sr. Clayton Agostinho, Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná. Vai falar sobre a situação dos agentes penitenciários para esta CPI.

**O SR. CLAYTON AGOSTINHO AUWERTER** - Boa-tarde, Deputado Neucimar, cumprimentando o senhor cumprimento as autoridades presentes, nominados e nominadas, e o povo de Cascavel que tão bem nos recebeu.

Gostaria de declarar que eu tive a felicidade de estar presente em Brasília no mês de agosto, quando da instalação desta CPI, onde eu estava com mais companheiros e agentes penitenciários e servidores penitenciários de 14 Estados da Federação, ao qual acompanho a Federação Brasileira do Servidor Penitenciário. Nós estávamos em Brasília, aquela luta pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 308, que cria a Polícia Penitenciária no Brasil. Tivemos a boa notícia de que estava se instalando na Câmara Federal esta CPI do Sistema



Carcerário, e para lá nos conduzimos no intuito de tentar colaborar o máximo possível. Fizemos um contato com o Deputado Neucimar Fraga e com os demais Deputados que compunham esta Comissão e da mesma forma nos colocamos à disposição para todo e qualquer esclarecimento. Nosso intuito é colaborar de todas as formas possíveis para que se apurem os fatos e para que a CPI atinja o seu objetivo principal: transformar o tratamento penal no Brasil, não só no Paraná ou em Santa Catarina ou em São Paulo, no Brasil todo. É o objetivo da Federação, do servidor penitenciário; é o objetivo do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná que compõem essa Federação; é tentar colaborar e trazer à tona as discussões, inserir a sociedade, para que nós promovemos a mudança. Essa mudança é necessária em função de que os índices de reincidência criminal são altos no Brasil inteiro e os índices de criminalidade também são altos. São provas cabais de que as políticas penitenciárias implementadas no momento não são eficazes no intuito de tentar ressocializar o indivíduo encarcerado para devolvê-lo à sociedade. Se as atuais políticas não são eficientes, nós temos que trabalhar em cima de políticas eficientes. E as políticas só serão eficientes, Deputado, quando elas emanarem dos servidores penitenciários, que são os detentores legítimos desse *métier*. Somos nós que conduzimos o sistema penitenciário, somos nós que recebemos as pessoas condenadas pela sociedade, somos nós os encarregados de devolvê-los à sociedade, já que neste nosso País não existe pena de morte e também não existe prisão perpétua.

Infelizmente o sistema penitenciário não é considerado de segurança pública. Esse é um dos maiores pecados. As polícias militar e civil do Paraná e, creio, também do Brasil inteiro, são eficientes nos seus objetivos, ou seja, apurar os ilícitos e prender os criminosos. Depois de os criminosos presos, são dirigidos ao sistema penitenciário brasileiro, em que o Estado é encarregado de suprir a necessidade desse preso, sob a guarda do Estado.

Evidentemente, durante esse período, é gasto um dinheiro razoável, verbas essas que podiam ser investidas em saúde, em educação, como muitos gostam de afirmar que o problema é social. E o que acontece, depois de cumprida a pena desse elemento? Na grande maioria das vezes, como prova o índice de





rescindência, ele volta a atentar contra a vida e o patrimônio da população, para quem nós, servidores públicos, trabalhamos.

Isso é uma prova cabal de que o sistema não funciona. E para que possa funcionar nós temos que ter voz. Foi com essa intenção que nos dirigimos àquela CPI, quando da instalação, Deputado, e clamamos por um espaço para que nós pudéssemos nos pronunciar e trazer ao conhecimento da população a necessidade de promover a mudança.

O Estado vai ser sempre pressionado pela opinião pública na questão do sistema penitenciário. Por quê? O agente penitenciário e o servidor penitenciário trabalham entre 4 paredes, desempenha uma função praticamente incógnita para a nossa sociedade. A população não tem idéia do que o agente penitenciário faz numa unidade penal. Só toma conhecimento do agente penitenciário quando existe uma rebelião em uma comunidade penal e ele é feito refém. Aí aparece lá na televisão ele na laje, rendido pelo preso com a faca no pescoço. Ou então, quando acontece alguma coisa errada, envolve-se com ilícito, aí os jornais estampam na primeira página que o agente penitenciário fez isso ou aquilo. Agora, as discussões sobre o tratamento penal, as discussões sobre dignificação de pena, Deputado, as discussões pelas condições de trabalho do servidor público, do agente penitenciário, isso não é discutido pela mídia nem pela sociedade.

Isso tem que mudar, sob pena de que as coisas continuem como estão ou ainda piores.

Discutíamos, na *van*, quando vínhamos, com o Deputado, o Dr. Damázio e as demais pessoas que compõem esta Comissão sobre a superlotação das carceragens. Aqui, em Cascavel, nós tínhamos o Cadeião, como foi bem lembrado. Então, à medida que vamos inaugurando as unidades penais, regionalmente, nós resolvemos esse problema da carceragem, por algum tempo.

Como bem lembrou o Deputado, existem vários mandados de segurança a serem cumpridos. O problema da criminalidade também tropeça na rescindência criminal. O elemento permanece preso durante anos e volta a cometer o crime.

Isso está errado. Nós precisamos mudar. E só vamos mudar, Deputado, com apoio desta Comissão e com o apoio do povo do Paraná e do povo do Brasil.



Espero que possamos ser escutados e as nossas mazelas sejam levadas ao conhecimento do público para promover a verdadeira mudança.

Muito obrigado, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos ao Presidente Clayton a sua participação conosco aqui.

Vamos passar a palavra agora ao Dr. Luciano Braga, Presidente da Subseção da OAB de Cascavel, para falar um pouco sobre o olhar da OAB em relação aos problemas do sistema carcerário da região.

**O SR. LUCIANO BRAGA CORTÊS** - Srs. Deputados, boa-tarde; demais autoridades aqui presentes, senhoras e senhores, boa-tarde.

Antes de mais nada, temos que fazer, de público, em nome da OAB, um agradecimento ao Governo do Estado, pela construção CDR, que desafogou algo desumano dentro da 15ª Subdivisão Policial de Cascavel, que tinha uma capacidade de aproximadamente 130, 140 detentos e estava com mais de 700. Então, a construção pelo Governo do Estado do CDR desafogou isso e está dando um tratamento mais digno.

O que nós, da OAB, gostaríamos de dizer, já que estamos na presença de todas as autoridades do sistema penitenciário paranaense e nacional e os senhores Deputados da CPI, é que as prerrogativas dos advogados, dos profissionais fossem respeitadas em todos os seus aspectos, principalmente quando dizem respeito à conversa que o advogado tem com o seu cliente dentro do estabelecimento prisional. Nem sempre esse sigilo está sendo respeitado. Isso é uma briga que a OAB tem, que continua mantendo. E esse sigilo deve ser respeitado, porque consta das garantias fundamentais do cidadão e é uma prerrogativa do profissional.

Nós gostaríamos também já, hoje, como nós presenciamos na Penitenciária Federal de Catanduvas, tivemos oportunidade de visitar anteriormente, que a tecnologia dentro da penitenciária é a mais avançada. E isso é motivo também de cumprimentos, temos que parabenizar as autoridades nesse sentido. Mas que, então, o advogado, ao entrar lá, fosse submetido a essa revista tradicional, a normal, a eletrônica, que é feita. Nem sempre isso é feito. Sei que existem regras dentro do sistema penitenciário, mas entendemos, acima de tudo, que prevalece o princípio da inocência, e o advogado, que exerce a sua profissão, deve entrar lá e ser submetido,



então, a uma revista que seja mínima, condizente com sua atuação profissional, e não revistas que nós entendemos que em alguns pontos são cometidos excessos. Algo para ser questionado, para que a CPI possa apurar e — quem sabe? — trazer soluções, porque a OAB está aberta para ouvir também sugestões nesse sentido.

Em relação a tratamento em violência causada a presos, a OAB, toda vez que toma conhecimento, faz a denúncia. Temos recebido das autoridades constituídas e do Ministério Público — a investigação tem corrido normalmente, está aqui o Desembargador, Secretário de Estado, que recebeu e tem dado toda a atenção necessária para esse tipo de caso, O Cel. Amauri, aqui presente também — toda essa atenção.

Sabemos que é um ambiente delicado, de pessoas transgressoras da lei, mas não podemos, em nenhum momento, admitir que o Estado use da violência. Entendemos, dentro da OAB, que não há uma proteção ao bandido, mas um respeito para que a pena seja cumprida nos limites em que foi determinado pelo legislador. É isso que a OAB prima em todos os sentidos.

Faço aqui, terminando esta minha rápida exposição, um apelo aos Deputados: temos um projeto da OAB de Cascavel para criação de colônias penais, para cumprimento de regime semi-aberto, que é uma necessidade — o Desembargador nos disse, hoje, inclusive no Paraná —, que é a ausência de vagas. Essa verba, pelo que nos consta, é federal, precisa ser repassada ao Estado, para que o Estado construa. Então, temos esse projeto, Deputado, de construção dessas colônias para que os presos cumpram no regime semi-aberto no Estado do Paraná, e que seja essa verba destinada também para aqueles detentos de 18 a 23 anos, que entendemos que devem ter um tratamento diferenciado, porque tem um índice de ressocialização maior do que os mais velhos.

Então, gostaríamos que V.Exa. discutisse sobre essa verba dentro da CPI, e que fosse aquele defensor dessa verba vindo para o Estado do Paraná, a fim de que pudéssemos solucionar isso.

Quero dizer que a OAB está sempre aberta a sugestões para que possamos melhorar e ampliar o tratamento e a ampliação desse sistema penitenciário no País.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nos que agradecemos.



Passamos a palavra ao Dr. Paulo Damas, Juiz titular da Vara de Execuções Penais de Cascavel.

**O SR. PAULO DAMAS** - Srs. Deputados, demais autoridades, senhoras e senhores presentes, como Juiz da Vara de Execuções Penais de Cascavel, tenho a dizer que vejo a execução penal, na verdade, sempre foi vista como o primo pobre no âmbito do processo penal. Por quê? Essa realidade está mudando, porque a comunidade carcerária, que era apenas uma sombra nas cidades, agora ela assombra as cidades, porque a gente vê na mídia, quase todo dia, que o crime organizado toma conta dos maiores presídios no Brasil e de lá determina suas ações. Mas não sou autorizado nem estou abalizado para falar do Brasil, vou falar da minha cidade.

Aqui, em Cascavel, hoje, graças ao Governo do Estado, a situação se resolveu. Temos uma casa de custódia, um centro de detenção e ressocialização, CDR, com 960 vagas para presos provisórios e condenados no regime fechado, além da penitenciária industrial de Cascavel, com mais 360 vagas para condenados no regime fechado. Nós, em razão disso, acredito que, na verdade, aqui em Cascavel, nós estamos num momento privilegiado, porque, em razão disso, a comunidade carcerária, as queixas maiores da superlotação foram vencidas. Onde havia uma cadeia com 140 vagas e mais de 700 pessoas e todos os problemas de insalubridade e insegurança dali decorrentes foram superados, mas, mesmo assim, acredito que o trabalho dos agentes penitenciários é um trabalho essencial na condução da pena e também para reeducação, além de políticas do Governo no sentido de capacitar o condenado para quando... Eu vejo como fator principal de ressocialização ele ser capacitado profissionalmente para, imediatamente após ganhar a liberdade, conseguir exercer uma profissão que será um dos fatores — junto com a família, vejo assim — principais para tirá-lo do caminho do crime.

Eu estou aberto a questionamentos. Eu acho que, em essência, é isso que eu tinha a dizer. E vou aproveitar este momento para encerrar as minhas palavras com uma citação, de um inglês que participou da independência dos Estados Unidos, sobre o Governo. Chama-se Thomas Paine. Ele disse assim: “*A sociedade em qualquer estado é uma benção, enquanto o governo, mesmo no seu melhor estado, não passa de um mal necessário, sendo, no pior estado, um mal intolerável. Porque,*



*quando sofremos ou ficamos expostos por um governo às mesmas misérias que poderíamos esperar em um país sem governo, a nossa calamidade aumenta pela reflexão de que nós mesmos é que fornecemos os meios pelos quais sofremos”.*

Com essas palavras, eu me despeço.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Jusmari Oliveira) - Enquanto o Deputado Neucimar Fraga se ausentou para dar uma entrevista, cumprimento a todos.

Eu sou a Deputada Jusmari Oliveira, membro também da CPI do Sistema Carcerário.

Passamos a palavra à Dra. Andréa Simone Frias, Promotora da 11ª Promotoria de Justiça.

Com a palavra a Promotora Andréa.

**A SRA. ANDRÉA SIMONE FRIAS** - Primeiramente, muito obrigada.

Boa-tarde aos Srs. Deputados, às demais autoridades nominadas, às senhoras e aos senhores presentes. As vantagens que Cascavel recebeu do Governo do Estado com a implantação do CDR já foram todas ressaltadas. Então, acho que seria repetitivo, de minha parte, falar disso novamente.

Mas, Excelência, justamente é um divisor de águas a instalação desse centro de detenção. Há 10 anos, eu estou no Ministério Público do Estado do Paraná, há 3 anos aqui na Comarca de Cascavel, é a primeira vez que estou vendo dar algum tratamento um pouco mais digno ao preso provisório. E creio eu — sou oriunda do Estado de São Paulo, como a Deputada — que mesmo em São Paulo nós vemos que o preso provisório é tratado com descaso pelas autoridades competentes; no Brasil como um todo. Então, em Cascavel, acredito que a CPI possa levar um exemplo bom, um exemplo valoroso. É óbvio que pelo pouco tempo que o CDR está em funcionamento, há problemas ainda. Há ainda falta de estrutura, principalmente sob o aspecto humano. Conversando agora há pouco com o Cel. Amauri, ele me repassou, efetivamente, que ainda nós temos falta de médicos contratados e enfermeiros para atender no CDR. Esse serviço está sendo feito com o apoio da PIC, mas é uma questão importante que precisa ser implantada. Infelizmente, Sr. Deputado, com relação à questão que o senhor disse, Cascavel não foge da estatística Nacional. Dos 3 anos que eu estou aqui, tenho, sim, notícia de preso



morto no cumprimento de sua pena. Pelo menos 1 caso me é bastante recente na memória, de um preso que foi morto enquanto estava em prisão provisória na 15ª. O processo é público. Então, a CPI, caso tenha interesse em saber o andamento, de verificar, há um processo em andamento.

Denúncias também existem de maus-tratos. O Ministério Público, por intermédio do Dr. Flávio, que é o Promotor titular da Vara de Execuções, mas que está em férias — eu atuo na execução também, mas a minha promotoria específica é de Juizados Especiais Criminais... As denúncias vêm, tanto no Ministério Público... Não tenho como não ressaltar o trabalho que a OAB faz aqui em Cascaval, e deve ser espelho nacional, por meio de sua Comissão de Direitos Humanos, uma comissão extremamente atuante, por vezes injustamente criticada, nós somos testemunhas disso. É óbvio que todos os fatos, por mais absurdos que eventualmente possam parecer, devem ser investigados e devem ser instaurados. Então, denúncias existem, elas estão sendo apuradas, todas elas são de caráter público, basta que esta CPI faça requerimentos aos órgãos competentes aqui da comarca, que terá à disposição o andamento processual dessas situações.

Também como o objetivo desta CPI é extremamente amplo e busca soluções para essa situação... Eu, além de promotora, também sou professora de Direito Penal numa universidade aqui da cidade. E quando eu começo a falar de pena para os meus alunos, para aqueles que estão entrando na carreira jurídica, eles já começam a rir: *“Pena, ressocializar? No Brasil, pena não ressocializa ninguém”*. Infelizmente, é essa a idéia que a comunidade acaba tendo de toda essa história de abusos, de desmandos ocorridos. E eu também, por trabalhar num Juizado Especial Criminal, não posso me furtar. E eu acho que o próprio Congresso já trabalha muito sobre isso. É uma alternativa, sim. Um caminho que tem que ser ampliado é a questão das alternativas penais. Sejam alternativas penais no intuito de descriminalizar, de ampliar as possibilidades do acordo criminal, seja pelas alternativas penais como ampliação das penas, de substituição de penas privativas de liberdade, penas restritivas de direito, que a comunidade, por um primeiro momento, se assusta um pouco. *“Mas como a pessoa que cometeu um ilícito vai lá prestar um serviço?”* Mas é na prestação de serviços, muitas vezes, que num



hospital de câncer, num órgão, numa ONG, num lar de bebês que, às vezes, o preso se encontra, como ser participante dessa sociedade, não só de um ser excluído.

Aqui, em Cascavel, nós temos uma experiência muito boa em relação ao Conselho da Comunidade, que é um órgão que está na LEP. E nas comarcas por onde passei vi que, no Estado do Paraná, o próprio Ministério Público, o próprio Poder Judiciário, investe muito na questão de o Conselho da Comunidade ser um órgão atuante, ter seus membros participativos.

O Conselho da Comunidade, como a Pastoral Carcerária e esses outros órgãos são peças fundamentais para qualquer trabalho de ressocialização, sejam de penas alternativas, sejam de penas privativas de liberdade.

Aqui, em Cascavel, o Conselho da Comunidade está funcionando ativamente. Nós já estamos fazendo uma triagem, uma coisa que também é muito importante. Como todos nós sabemos, esse preso vai voltar para a sociedade, e a sociedade precisa se preocupar também com a família do preso. Com a família do preso e com a família da vítima, eventualmente, do crime. E o Conselho da Comunidade tem essa atribuição de fazer trabalhos de recuperação, de reinserção desse detido quando voltar ao seio da sua família. Então, a valorização do Conselho da Comunidade e políticas obrigando, mesmo, os municípios a implantarem efetivamente o Conselho da Comunidade é imprescindível, como também, sabe-se, algumas experiências acabaram sendo infelizes, às vezes não atingiram a finalidade a que se pretendiam. Mas o próprio Programa Pró-Egresso é de suma importância. A gente tem que pensar em trabalhar o preso quando ele sair do sistema carcerário.

De resto, o Ministério Público aqui de Cascavel também está à disposição desta Mesa e dos demais presentes para qualquer esclarecimento que se faça necessário.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nós é que a agradecemos.

Passamos a palavra ao Vice-Prefeito da cidade, ao Vander, para fazer também uma saudação e falar um pouco sobre o impacto na cidade e sobre esses presídios nesta região.



**O SR. VANDER PIAIA** - Obrigado, Srs. Deputados membros da Comissão; do Legislativo Municipal; do Judiciário; autoridades. Sejam bem-vindos, primeiramente, a Cascaval. Estamos, neste momento, como Prefeito em exercício. O nosso Prefeito está, neste momento, no Canadá.

Eu queria apenas lembrar alguma coisa, e uma dessas coisas é o dilema entre se construir escolas e construir prisões. Se diz comumente que temos que construir escolas e não prisões. Eu diria que isso é um falso dilema. Nós temos que construir escolas e prisões, sim. Afinal, a educação, esse elo essencial da vida em comunidade, não garante por si só o caráter do indivíduo. Existem outros fatores que estão em jogo, existem outras coisas que interferem na formação do caráter do indivíduo, mas certamente a educação tem, digamos assim, um aspecto também fundamental. Então, digo isso porque nós entendemos, enquanto gestores públicos, que o Estado tem que ser forte. Não vemos o Estado como instituição, ou as instituições, de modo geral, com a força suficiente para impor realmente uma situação de combate efetivo ao crime e, por consequência, de se criar uma situação, por exemplo, efetiva de ressocialização. Por isso, o grau, doutora, relativamente pequeno de sucesso que temos, mesmo que nós consigamos ressocializar uma única pessoa no grupo, isso já é extremamente válido, mas as nossas taxas são pequenas ainda de sucesso. Então, nós achamos que a questão da violência passa também pela questão de se reforçar as instituições, todas elas, desde os partidos políticos às instituições do Legislativo, do Executivo, do Judiciário, e assim por diante. E acho que, claro, obviamente, a violência é um problema social. Mas quando a gente fala que é um problema social, a gente não pode usar isso para relativizar, para que se tenha um culpado difuso. Então, é um problema social de fato, mas isso tem que ser visto dentro de uma ótica científica e não como uma mera palavra, digamos, para se relativizar todo um processo e, com isso, inibir a ação efetiva contra o crime.

Temos também que ter cuidado, agora, recentemente, inclusive com modismos. Temos que ter cuidado. O *Tropa de Elite*, por exemplo, que é um filme emblemático, está, assim, na onda. Mas nós temos que cuidar de certos modismos lançados, principalmente, por algumas revistas, que pensam que somente elas têm, digamos, a solução para a questão da violência.





Nós temos também que deixar claro a esta Comissão que a população local — e nós somos questionados muito por isso — vê como um grande abuso o gasto excessivo que se tem com transporte de presos, principalmente da nossa penitenciária federal, aqui próxima, quando têm que ser ouvidos. Por isso esse sucesso, e por isso os parabéns também pelas novas medidas, já adotadas — que estão sendo adotadas agora, e que foram promulgadas — de ouvir o preso por videoconferência, etc. Isso resulta no quê? No fortalecimento da instituição. Porque enquanto se tem que transportar um preso a alto custo, automaticamente a instituição perde, digamos assim, o seu poder diante da população, que não crê, digamos, que tenha que se gastar tanto para que isso aconteça, para se ouvir o acusado.

E nós aqui, no Município de Cascavel, junto com o Legislativo, assumimos nossa parte, sim. Nós estamos assumindo a nossa parte, nós estamos fazendo o que nos é possível, nós estamos aprimorando o nosso sistema de segurança. E o Estado também tem feito, principalmente por intermédio do novo centro de detenção. Mas o histórico? Afora o centro de detenção, nós temos que lembrar que o nosso histórico, nos últimos 15, 20 anos, é um histórico muito difícil, um histórico muito conturbado. Então, não temos que esquecer simplesmente o que passou. Quer dizer, nós temos que relembrar para que a situação não se repita e não ocorra novamente. E temos que lembrar que nós somos hoje, a partir deste momento, uma exceção no Brasil. Porque grande parte das cidades — não é, Dr. Paulo — continua com suas prisões abarrotadas, e não podemos imaginar que nós estamos numa ilha, num paraíso. Na verdade, nós temos que pensar no contexto global. E isso continua acontecendo.

Então, queremos finalizar saudando uma vez mais, dando as boas-vindas, e dizer que esse debate é muito oportuno, muito importante. E nós acreditamos nas CPIs, achamos que é um instrumento democrático eficiente, legal e que agiliza a tomada de decisões também.

Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos ao Vice-Prefeito.



Passamos a palavra ao Dr. Jair Ramos, Secretário de Estado de Justiça e Cidadania do Estado do Paraná, que terá o tempo necessário para fazer a exposição sobre o sistema carcerário do Paraná.

**O SR. JAIR RAMOS BRAGA** - Inicialmente, queria me manifestar a respeito das palavras da Dra. Promotora de Justiça, que hoje atende à Vara das Execuções Penais. Como V.Exa. falou, como professora de Direito Penal, não há necessidade que eu diga que o processo penal é dividido em processo de conhecimento e processo de execução. E V.Exa. e os advogados que aqui estão presentes bem sabem disso. No processo de conhecimento são analisadas as provas, indícios, situações de cada um. A individualização do preso sai na sentença. Como é que sai essa individualização? Através do art. 59, que prevê diversas circunstâncias: potencial ofensivo, culpabilidade, vitimologia, antecedentes, etc.; e no processo de execução, daí vem o sistema penitenciário. E daí entra o agente penitenciário, dos quais se manifestou o Presidente do Sindicato.

Então, a nossa parte no sistema penitenciário, e há que se distinguir isso, Dra. Promotora e Srs. Parlamentares... O sistema penitenciário, na realidade, só é destinado a presos condenados pelo menos no juízo de primeiro grau. Não se tem preso provisório no sistema penitenciário, a não ser esporadicamente, como fizemos aqui, por falta de vagas. A Lei de Execução Penal prevê que o preso provisório não pode ficar junto com o preso condenado. Isso é muito certo. E temos no Estado do Paraná, hoje, 20 penitenciárias em regime fechado e três em regime aberto. Dezessete penitenciárias em regime fechado e três em regime semi-aberto. Por quê? Por causa da progressão do regime da pena. Dois patronatos: um em Curitiba; um em Londrina. Qual é a função dos patronatos? V.Exas. sabem, é o egresso, o pró-egresso. Muito bem.

Dentro desse aspecto, nós temos no sistema penitenciário, hoje, do Paraná, 20 penitenciárias. E diga-se, mais uma vez, e reprise-se, que essas penitenciárias são destinadas ao quê? A presos que já sofreram sentença condenatória no juízo de primeiro grau. Não pode, e a lei não permite que preso provisório conviva com preso condenado. Muito bem. Falou-se aqui, e falou o Sr. Clayton, que é agente penitenciário e diretor de sindicato, sobre o pessoal das penitenciárias. Eu considero que o agente penitenciário é uma função muito espinhosa. Por quê? Porque fica um



terço da sua vida atrás de grade. Não sendo preso, fica um terço da sua vida atrás de grades. Logicamente, numa instituição como essa, que tem 2.800 agentes — vai para três mil e poucos, agora, com concurso feito —, existem falhas, existem derivativos. E o Sr. Presidente da Ordem fez algumas menções: a prerrogativa dos advogados; sobre vícios; sobre ofensas aos direitos humanos; etc.

Quero dizer ao Sr. Presidente da Ordem o seguinte: eu, Secretário de Estado, Desembargador, chefe de todo o sistema penitenciário no Paraná, chego numa penitenciária, deixo os meus documentos, deixo o meu celular, passo em todas as revistas: Raio X, detector de metais, etc. Muito bem, não tenho contato com preso. O advogado tem contato com preso. Mas é prerrogativa do advogado, desde que ele tenha um mandato procuratório — e lembre bem isso, Sr. Presidente da Ordem —, de conversar com o seu constituinte, sem que haja interferência de ninguém. É prerrogativa do advogado. E essa recomendação eu faço aos agentes, aos senhores diretores de penitenciárias: que obedeçam e que cuidem dessa situação.

Com relação à violação dos direitos humanos, eu tenho que dizer o seguinte: 3 coisas eu tenho na minha conduta como Secretário de Estado. Primeiro, a perfeita harmonia entre os diretores; segundo, que todos os agentes tenham que se subordinar às regras do sistema; terceiro, que não se violem direitos humanos. Violando os direitos humanos — eu tenho aqui já uma sindicância pronta, ou pelo menos iniciada, feita por manifestação da Ordem dos Advogados de Cascavel — e o Sr. Governador do Estado, verificando na sindicância indícios e verificando no devido processo legal ou no processo administrativo que houve provas, tem, automaticamente, colocado na rua os infratores.

Então, os direitos humanos no Governo do Estado são respeitados. As prerrogativas do advogado, eu as considero muito válidas, inclusive constitucionais. Com relação à situação dos presos, sabem V.Exas., que são bacharéis em direito, a Dra. Promotora, o Sr. Juiz da Vara de Execução Penal, que existe a individualização da pena no processo de conhecimento, naquela pena que o juiz condena o réu em razão das provas. E na execução há de haver a individualização da execução do processo executório. Por quê? Isso, o Ministério da Justiça, inclusive, está prevendo, fazendo penitenciárias para presos entre 18 e 24 anos. Por quê? Porque o cidadão que não teve, na oportunidade da adolescência, na infância, a educação, quando ele



entra no sistema penitenciário ele vai ter a possibilidade de novo estudo, de nova formação. E há necessidade, para efeito da ressocialização, que é o primordial no sistema penitenciário, a ressocialização do preso, através do quê: dos ensinamentos fundamental e médio e, principalmente, Sra. Deputada, pelo ensino profissionalizante. Por quê? O preso vai para lá, deixa família, deixa filhos e deixa uma porção de gente desamparada. Ele trabalhando, recebe 75% de um salário mínimo, que é o que a lei estabelece: 75%. Desses 75%, 20% são desviados... , desviados não, conduzidos para um pecúlio na sua poupança no Banco do Brasil. Por que esse pecúlio? Para que quando ele sair de lá tenha dinheiro pelo menos para a passagem de ônibus e para voltar a sua família. E desses 75%, 55% vão para a família. Por quê? Para que o filho não fique desamparado e a esposa não fique desamparada.

Então, as empresas que patrocinam, dentro das unidades penais, trabalha aos presos, e é necessário, principalmente o de profissional, porque quando saírem de lá eles terão uma profissão e saberão onde procurar trabalho. Se sair um cidadão sem nenhuma profissão e disser que é egresso, ninguém dará trabalho. Agora, se ele sai de lá sabendo pintar um carro, se sai de lá sabendo marcenaria, se sai de lá sabendo trabalhar em móveis, ele arranja emprego. E esse emprego evita o quê? A reincidência. Então, há necessidade, no meu contexto, nesse aspecto da ressocialização, que se tenha o ensino — e nós temos no Paraná mais de 30% — de ensino fundamental, médio e profissionalizante. E nós temos mais de 50% em canteiros de trabalho.

Isso eu acho importante, Sra. Deputada, porque V.Exa. me disse que não achava correto o preso trabalhar, a não ser como laborterapia. E eu pergunto a V.Exa. o seguinte: e o dia em que ele sair da cadeia e for pegar o ônibus e não tiver dinheiro para pagar? Daí, o que acontece: é a mulher que fica desamparada; e 5 ou 6 filhos desamparados, sem ter onde receber. Desse dinheiro que ele recebe das empresas que fornecem os canteiros de trabalho nas penitenciárias, 20% vão para a sua poupança. Se ele ficar 5 anos lá, 5 anos na poupança, ele sai com dinheiro para recomeçar a vida. E a família, como é que fica? Recebe 75%.

Então, me perdoe, Sra. Deputada, nesse aspecto nós divergimos. V.Exa. pode estar certo eu errado, não sou sociólogo, sempre fui magistrado, praticamente



não conheço de sociologia, de pedagogia, etc., mas acho que esse é o caminho certo para aquele efeito de ressocialização, que é no fundo a essência da pena. Muito bem. Disse mais a Dra. Promotora que presos foram mortos. Há pouco tempo em Curitiba houve uma morte. O cidadão, segundo me consta, era pertencente ao PCC, lá em São Paulo. Ele foi dissidente do PCC, e quis entrar no partido do Paraná, que é o primeiro comando do Paraná, se não me engano. Ficaram sabendo no PCC e determinaram a morte desse cidadão. Efetivamente ele foi morto. Tinha, esse cidadão que morreu, 62 anos de prisão, pena de 62 anos, participou de uma rebelião em Curitiba, anteriormente. Degolaram dois presos, ele andava com a cabeça de um num braço e a cabeça de outro no outro braço. Esse era o cidadão. Vejam o potencial ofensivo desse cidadão que foi morto. Agora, o que matou, tinha 300 anos de condenação, 300 anos de condenação!

Então, não se está lidando dentro de penitenciária com anjo da guarda e nem com jardim de infância. Existem aqueles recuperáveis. Sabe a Dra. Promotora, que é professora de Direito Penal, que a conduta que se leva em condição à execução da pena é aquela chamada biopsicológica, mais exigente biopsicológica normativa. Por quê? Porque ali se estuda todas as condições do preso no aspecto de antecedentes, de familiaridade e se estuda a sua condição de homem, a sua condição de pai de família e etc. Aí está então um panorama de como se faz no sistema penitenciário. E torno a repetir. A educação e a profissionalização levam efetivamente à ressocialização. E se não houver ressocialização e o cidadão sair da cadeia amanhã sem um tostão no bolso, o primeiro cidadão que ele encontrar na esquina ele assalta, pelo menos para ter dinheiro para comer um sanduíche.

Agora, se ele trabalhar e receber 10% daquilo que a empresa paga, a empresa paga 75% do valor do salário mínimo, se ele não receber esses 10% e ficar lá um bom tempo, quando ele sair terá dinheiro para tudo isso, e não vai reincidir. E a família? Se comparada a todo o setor? Então, me permita, Sra. Deputada, eu considero V.Exa. uma pessoa altamente classificada, haja visto que é Parlamentar, mas nesse aspecto nós divergimos. Se não houver a pretendida ressocialização, não há situação que se possa inverter, no que diz respeito à volta à criminalidade. Consta-me, não sei, o Dr. Damázio talvez até tenha condições de informar, o índice da reincidência no Brasil, no Paraná me consta, eu não tenho estatística, me consta



que é 13%. No Brasil, se não me engano, é 38%. Mas por quê? Por causa da efetiva atuação no regime penitenciário, e me permitam todos que acho que no regime penitenciário, e não vamos confundir regime penitenciário com regime prisional, porque o regime prisional já não é da competência mais da Secretaria da Justiça, é da Secretaria de Segurança Pública, e as cadeias públicas, V.Exa., principalmente o senhor é advogado, sabe como são.

Tínhamos aqui 140 vagas para 700 presos. Temos em Foz do Iguaçu trezentos e poucas vagas para quase mil presos. Temos no Paraná mais presos em cadeia, mais presos provisórios do que presos condenados. Nós temos hoje no Paraná, como eu disse, 10 penitenciárias, sendo três em regime semi-aberto. Nós temos hoje, no sistema, 12.107 vagas, e, com mais três penitenciárias que serão inauguradas até o final do ano, vai para 14.987. Inaugura a penitenciária hoje, amanhã está lotada. Inauguramos uma em Londrinha, uma semana estava lotada. Inaugurou essa faz um mês e está lotada. Inclusive já foi danificada.

Então, a situação penitenciária, não prisional, assim, Sr. Deputado, que é o Presidente da Comissão, a situação penitenciária no Estado, no meu conceito é muito boa. Se o senhor me perguntar sobre os presos provisórios eu não sei dizer. Só sei lhe dizer que me consta que é o mesmo número de presos condenados. Isso é muito grave. O Governo do Estado do Paraná, Governador Roberto Requião — e eu quero frisar bem o seguinte, eu não sou político, fui sempre magistrado, me perdoe, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu não conheço política e não quero aprender —, mas, o Governo do Estado, e eu não falo aí politicamente, está fazendo 11 penitenciárias no Estado, indo para o final dessas três que serão inauguradas daqui a pouco tempo, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão e Maringá, vai para quatorze mil e poucas vagas. Enfatizo ao Dr. Damázio, que é do DP Nacional, temos 5 projetos de penitenciária lá no DP Nacional. Eu passei a S.Exa. um resumo do que tenho e que está projetado. Então, com a liberação de verbas e autorização, e o Estado tem a contrapartida de 20% disso aí, nós teremos logo vagas suficientes para toda a população penitenciária.

Era isso, fico à disposição de alguma observação, de algum questionamento, porquanto se eu ficar aqui perco o vôo, e aí fica difícil. Sr. Deputado, me submeto desde já a algum questionamento porque preciso sair.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Queria solicitar ao nobre Secretário, antes de passar a palavra ao próximo debatedor, que respondesse a algumas perguntas da Deputada Jusmari.

**O SR. JAIR RAMOS BRAGA** - Me permita, estou ficando meio surdo, porque é a terceira idade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Antes de passar a palavra para o próximo convidado, já que o senhor vai ter que se ausentar, passo a palavra à Deputada Jusmari que quer lhe fazer alguma pergunta.

**O SR. JAIR RAMOS BRAGA** - Pois não. Com satisfação responderei.

**A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA** - Até porque o senhor me citou no seu discurso. Eu queria exatamente falar agora exclusivamente com o Secretário, uma vez que ele vai ter que viajar. E quero lhe dizer o seguinte: antes de lhe perguntar, para que o senhor não entenda, de repente, de forma diferente. Quero dizer o seguinte: é perceptível todo o esforço que V.Exa. faz à frente da sua Pasta no Estado do Paraná. Oxalá tivéssemos mais secretários como senhor e mais direcionamento como o do Estado do Paraná em todo o Brasil.

**O SR. JAIR RAMOS BRAGA** - Oxalá nós tivéssemos Deputadas igual a V.Exa.

**A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA** - Então, gostaria, antes de fazer as perguntas, reconhecer isso de público, Secretário, porque realmente vimos aqui coisas que infelizmente não vimos nos outros Brasis. O meu Brasil é o pior Brasil. Sou nordestina e o Nordeste do Brasil está há 300 anos atrás de vocês. Quero dizer que nós vimos coisas importantes aqui, pontos positivos. Talvez por sofrer mais do que os outros brasileiros no Nordeste, me aguça mais o senso de justiça e de desejo de ter o modelo ideal das coisas, não no Nordeste, não no Paraná, mas no Brasil. Então, eu vejo aqui a satisfação da comunidade com vosso trabalho, com o trabalho do Governo do Estado. Que bom poder ver isso. Vejo a própria promotora, vejo o próprio juiz, vejo todas as autoridades, a OAB, enfim, todos fizeram questão de declarar a satisfação com a condução do processo no Paraná. É claro que quem tem 700 presos num lugar onde cabem cem e vê esses setecentos irem para um lugar onde cabem novecentos, é um avanço, é um grande avanço. Nós ficamos felizes com isso. Nós buscamos isso. Em outros lugares do Brasil, isso não existe.



Mas nós assinamos essa CPI, constituímos essa CPI para passar a limpo, para discutir de forma muito minuciosa — pelo menos é a minha intenção — o sistema penitenciário brasileiro, o sistema carcerário brasileiro. Porque nós entendemos que é aí que está a ponta da criminalidade, é aí que está a ponta da segurança pública no Brasil, é aí que está a ponta do fim da marginalidade e da violência no nosso País.

Então, eu acredito que nós só teremos tranqüilidade na sociedade o dia em que nós tivermos um sistema prisional que realmente, doutora, reedueque, ressocialize, reintegre.

Os seus alunos têm razão. No Brasil, não se faz isso. Mas nós vimos um exemplo aqui, em Cascavel, que faz isso.

Eu creio que os detentos da penitenciária industrial saiam de lá, sim, com condições de serem reintegrados à sociedade, até pela disciplina, até pela terapia ocupacional, sim, que eles fazem lá. Porque fabricar bola não é capacitação. Eles vão trabalhar onde quando saírem de lá? Fabricando bolas? O diretor me disse o seguinte: "Mas, pelo menos, eles estão sendo educados na disciplina do trabalho." Claro, eu quero lhe dizer o seguinte: o senhor talvez não entendeu direito. É uma grande coisa, sim, o que nós temos ali; é, sim, uma grande coisa.

Agora, o que eu discuto, na questão do trabalho no presídio, é o seguinte: a empresa que está lá... E o nosso companheiro, amigo, me disse: "Não, Deputada, mas eles correm um grande risco". Correm. Todo mundo corre. O fogo que pode pegar na penitenciária é mais fácil que o fogo que pega no prédio isolado.

O que eu questiono não é a questão do trabalho. O que eu questiono é a vantagem da empresa que está sediada dentro do presídio. E eu, na condição de Deputada, devo alertar as autoridades. Eu penso, eu acho, que a empresa tem a vantagem de estar ali sem pagar aluguel, sem pagar energia, sem pagar água. Eu não sei, e nós até vamos fazer uma audiência pública, não é Neucimar, depois que conhecermos o presídio de Brasília. Vamos fazer uma audiência pública especial sobre isso. Na minha ignorância, não sei se essa empresa recolhe a Seguridade Social daqueles funcionários, porque são funcionários dela.

**O SR. JAIR RAMOS BRAGA** - Não recolhe não, Deputada.





**A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA** - Então, já é uma vantagem sobre as outras empresas. Já é uma vantagem ter ali aqueles funcionários que não podem fazer greve, e eles não podem fazer. Quer dizer, então, é uma empresa, é uma bola que sai dali fabricada a um custo muito mais barato do que se ele estivesse numa empresa aqui fora.

Então, o que eu questiono é o seguinte: a contribuição dessas empresas. Se a lei diz que o presidiário só recebe 75% dos salários, tudo bem. Vai receber 75% do salário. Se o trabalho é para o serviço público, eu acho que fica nos 75%. Mas se é para uma empresa particular, se ela não vai dar a ele o restante, ela deve contribuir para o sistema. Ela deve pagar o preço que outros pagam.

A nossa discussão na CPI é esta, é a vantagem que a empresa tem em estar ali dentro. E a nossa preocupação, Dr. Damázio, é estar buscando fontes de recursos para que o nosso sistema melhore. O Governo Federal agora vai investir quase 7 bilhões. Não é suficiente.

Então, essa foi a discussão, Sr. Secretário, que nós colocamos ali. Na Comissão vamos discutir isso. E isso não é definitivo. Eu posso mudar meu pensamento. Por isso é que eu jogo a discussão. A CPI é para isso mesmo, Neucimar, é para criar discussão, para que a gente possa chegar, no final dela, com um conceito sobre as coisas, com um relatório que nos convença a nós mesmos.

**O SR. JAIR RAMOS BRAGA** - Ilustre Deputada, eu quero somente dizer a V.Exa. o seguinte: os 75% são para o preso e sua família. A empresa ainda paga mais 50% para o Fundo Penitenciário, que reverte em favor do preso. Ela paga o quê? Ela paga a luz para o Estado. Ela paga o local onde trabalha, como se fosse um aluguel. E paga mais o quê? Paga mais dinheiro, destinando 25% desses 50% para o Fundo Penitenciário. E o Fundo Penitenciário tem uma função de fazer a melhoria e dar melhores condições de vida no preso.

**A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA** - Eu acho, por exemplo, me disseram lá que era só 25% a mais. Acho pouco. Se é 50% podemos passar a considerar. Mas é uma questão que estamos discutindo. Afinal de contas CPI é para isso. Acho que um preso pode até ter medo de falar, alguém da comunidade pode ter medo de falar, é uma questão. Mas nós, Deputados, não podemos ter.



Então, queria fazer as perguntas, Neucimar, depois de fazer essas afirmações, com todo o respeito ao Secretário. Uma das coisas que nós vimos no CDR é a falta dos profissionais de saúde. Quando eles serão contratados? Se já está previsto concurso, se já está previsto contrato, para a questão dos médicos, dos profissionais de saúde, que faltam no CDR? Pelo que me consta, ele já tem um ano em funcionamento. Quando que está previsto a implantação da escola no CDR, ou se não está previsto? Se os detentos lá do CDR... Terão um mês? Ah, entendi um ano. Quando está previsto o início do funcionamento da escola, se está previsto isso. Perguntei ao diretor ele disse que tem as salas para oficinas e que tem as salas para a escola. O que nós vimos na penitenciária industrial foi muito bonito. Pela primeira vez vi num presídio alunos na sala de aula. Sempre que nós chegamos tem a sala, mas nós nunca vimos aluno estudando.

**O SR. JAIR RAMOS BRAGA** - E a senhora veio ver aqui no Paraná.

**A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA** - Vimos, e eu achei muito bonito. Professoras inclusive que têm que se destacar, professoras dedicadas, com espírito humano altíssimo. Realmente nos comoveu. Então, nós queremos que seja implantado o mais urgentemente possível, porque sabemos que é eficaz. E a capacitação profissionalizante. Eram essas as questões.

Outra questão que eu queria observar aqui, antes que o Secretário se retire do local, é a seguinte: pareceu-me, não sei se estou certa, que a vaga na penitenciária industrial ela é uma forma de prêmio a detentos de outros presídios, que tenham um bom comportamento. Então, foi essa a impressão que eu tive, Neucimar. Ele tem um bom comportamento no outro presídio, então ele recebe um prêmio e vai para a penitenciária industrial, onde ele tem um trabalho, que eu questiono em alguns aspectos, mas não questiono a retirada dele. Eu afirmo a necessidade e a importância dele estar lá. Pareceu-me que esse preso é selecionado e recebe esse prêmio para ir para a penitenciária industrial.

E o nosso desejo de estar nesta CPI atuando é pelo motivo que entendemos o processo inverso. Entendemos o processo inverso. Achamos que todos podem ganhar um prêmio, se todos tiverem capacitação, educação e se todos tiverem as condições que temos na penitenciária industrial.



Então, parabenizando pela penitenciária industrial, perguntamos quando é a previsão para o CDR ter também uma estrutura dessa, muito mais pela sua importância, por termos conhecido a penitenciária industrial.

E por fim, dizer ao Secretário que essa CPI, pelo menos nosso assento numa cadeira da CPI, é exatamente para buscar melhorias. Vimos muitas coisas importantes, quero lhe dizer, parablenizo V.Exa. pelo seu trabalho. Mas pode ter certeza que no relatório da CPI vou sugerir muita coisa ainda a V.Exa., porque nós buscaremos ainda melhorar muito mais. E o senhor também, com certeza, vai nos dar muita sugestão para que a gente possa colaborar com os demais Estados que não chegaram nem no estágio que vocês chegaram aqui no Paraná.

Era isso que eu tinha a dizer.

**O SR. JAIR RAMOS BRAGA** - Deputada, eu vou responder a V.Exa. da seguinte forma. Eu já falei que no Direito Penal existe o processo do conhecimento e o processo da execução. Do conhecimento é no juízo natural do processo que faz toda a instrução da sua sentença, individualizando a pena etc. O preso condenado vai para o sistema penitenciário, mas não é o Secretário de Justiça e nem o penitenciário que faz seleção de preso. Ele simplesmente administra a penitenciária. Quem manda o preso para diversas unidades é a Vara de Execução Penal. É circunstância do processo executório. Nós não temos a condição de escolher preso para lá e para cá. O juiz de execução penal, e ele está aqui para me confirmar, é que faz o chamado mandado de internamento, o MI, como nós chamamos aqui, para onde vai. Se ele mandar o preso para Curitiba, nós simplesmente disponibilizamos vaga. Se ele mandar o preso para o regime semi-aberto, nós temos que disponibilizar vaga. A nossa função é somente disponibilizar as vagas e administrar a penitenciária. Depois que o preso entrar lá, as regras são nossas. As regras são nossas, a administração prisional é nossa. Porém, não temos autoridade para tirar um preso de uma penitenciária, pôr na outra por nossa conta.

**O SR. PAULO DAMAS** - Deputada, a Penitenciária Industrial de Cascavel e também o Centro de Detenção e Ressocialização eles se destinam a condenados em regime fechado. São três os regimes na condenação: o fechado, o semi-aberto e o aberto. Então, a penitenciária é o estabelecimento adequado para cumprir a pena em regime fechado. E a implantação não é um prêmio, a implantação é automática.



As comarcas sob jurisdição das Varas de Execuções Penais encaminham a guia de recolhimento, que é um extrato do processo para a Vara de Execuções Penais, e nessa guia vem o regime. Sendo o regime fechado, vai ser automaticamente ordenada a implantação de todos os condenados em regime fechado da área de jurisdição das áreas de execuções penais na penitenciária a que ela tem efetiva jurisdição. Então, é isso que eu queria esclarecer para a senhora sobre esse fato.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Queria aproveitar também, antes do Secretário ter que se ausentar, primeiro para parabenizar. Nós visitamos dois presídios estaduais, visitamos um federal, que recebe presos estaduais também. Na verdade, ficamos muito tempo sem um presídio federal, não é Dr. Damázio? Um País ficou tanto tempo...

**O SR. PAULO DAMOS** - Só um aparte. Nos estaduais nós recebemos presos federais também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Pois é. É justamente isso que eu estava falando. Nós ficamos tanto tempo sem ter um presídio federal, com os presídios estaduais lotados de presos que haviam cometido crimes federais, que quando inauguramos dois primeiros presídios federais que era para resolver esse problema, os federais tiveram que absolver alguns presos estaduais, que eram problema nos seus Estados, para atender uma solicitação do Governo, para levar calma para o sistema. O presídio federal teve que receber alguns presos perigosos em seus Estados. Mas esperamos que nós possamos reverter essa situação e que nós tenhamos, na segunda fase do programa do DEPEN, presídios federais construídos para receber e abrigar os presos que cometem crimes federais.

Eu queria parabenizar por esse Fundo do preso. Estive na Itália na semana retrasada visitando o sistema prisional e lá também existe sistema semelhante. O preso trabalha, um percentual do recurso que ele teria a perceber vai para um fundo, e ele só retira quando sai da cadeia.

**O SR. JAIR RAMOS BRAGA** - É o que acontece no Paraná.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então, eu acho uma medida extremamente importante. Sabemos que existem muitos presos que quando saem da cadeia têm que assaltar para pegar o ônibus. Já volta reincidente na primeira esquina, porque às vezes chega no bairro onde a família morava e vê que



não mora mais, mudou para outra cidade, ele tem que se deslocar. Então, quero parabenizá-lo por essa medida, que acho importante.

Temos um modelo bom desses dois presídios que nós visitamos. Eu acredito que 80% da população carcerária estudando na PIC é um índice muito bom, é um índice acima da média. Nós vimos ali umas 4, 5 salas de aulas naquele presídio, pelo menos é o que tive visibilidade. Acredito que a educação no presídio é uma forma que temos de pagar uma dívida que o Estado brasileiro tem com essa população carcerária. Podemos dizer que essa dívida é toda do Estado. Não podemos afirmar que essas pessoas não estudaram por falta de oportunidade de vaga nos seus bairros, ou porque abandonaram a escola para optarem pela criminalidade na sua comunidade. Tem um debate que gosto de fazer sobre a questão da educação e o crime. Muitas vezes, somos forçados a atribuir o crescimento da violência apenas à falta de opção ou de vagas dentro do sistema educacional. E costumo dizer o seguinte. Se levássemos a sério realmente essa questão de que a educação é o principal elemento propulsor da criminalidade e da violência no Brasil, teríamos de dar pena dobrada a quem tem curso superior, e damos é cela especial, e soltar todo mundo que é analfabeto dentro das cadeias, porque é comum a gente entender: “Ah, não, o problema da violência é a falta de educação”. Mas nós damos cela especial para quem tem curso superior! Ou seja, quem teve todas as oportunidades de crescer pelo Estado era para ter uma pena dobrada, se fôssemos nos basear nessa filosofia. Mas acreditamos que realmente a educação é a saída para o problema que o País enfrenta, e a educação dentro do presídio é uma forma de o Governo pagar uma dívida que temos com a nossa população.

Quero parabenizar, pelo menos, nessas 2 unidades que tive oportunidade de visitar, o Governo do Paraná. Não sei se essa é a média do Estado...

**O SR. JAIR RAMOS BRAGA** - Se o senhor for nas outras, inclusive, vai achar melhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Pois é, então...

**O SR. JAIR RAMOS BRAGA** - Vai ter penitenciária melhor, com mais canteiros de trabalho, com mais escolas. Em Curitiba, temos uma entidade da



Secretaria da Educação chamada CEEBJA, que é Educação para Jovens e Adultos. Essa CEEBJA é que movimentava a execução...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Na média, quantos por cento da população carcerária, hoje, que estão sob custódia do Estado, têm vaga no mercado de trabalho dentro do sistema, hoje, no Estado?

**O SR. JAIR RAMOS BRAGA** - No interior do Estado?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não, no Estado todo. A média estadual da população carcerária que trabalha.

**O SR. JAIR RAMOS BRAGA** - Que trabalha, 55%.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Cinquenta e cinco por cento trabalha. E que estuda?

**O SR. JAIR RAMOS BRAGA** - Trinta e três por cento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Que estuda, 33%?

**O SR. JAIR RAMOS BRAGA** - É.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - É a média estadual?

**O SR. JAIR RAMOS BRAGA** - É, porque o preso não é obrigado nem a trabalhar nem a estudar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Eu sei. Qual é o custo médio de um preso no Estado do Paraná?

**O SR. JAIR RAMOS BRAGA** - Em 2006, foi 1.450 reais o custo do preso para o Estado, isso incluindo Agente Penitenciário, que cuida do preso, que são em média 180 por presídio. O Agente Penitenciário, no Estado, depois que o Sr. Governador retomou as terceirizadas, porque a terceirizada pagava 700 reais para o Agente Penitenciário e o Governo do Estado paga 2.400 inicial. O Governo do Estado paga 2.400 inicial para um Agente Penitenciário! Muito bem, considerando o Agente Penitenciário, trinta e dois, que tem em média, de Técnicos Administrativos, que são Psicólogos, Médicos...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Todos os agentes são concursados ou são contratados?

**O SR. JAIR RAMOS BRAGA** - Tem 2 sistemas. A lei prevê o seguinte. Quando há necessidade urgente, faz-se um contrato e um teste seletivo, no máximo, até 2 anos, é o chamado PSS. Por quê? Porque se cria uma penitenciária, perde-se



cargo, tem a Lei de Responsabilidade Fiscal, não se pode gastar mais. Então, vai para a Assembléia, a Assembléia questiona o aumento de cargos, como estão questionando agora, porque não temos hoje Vice-Diretores de Presídio e Chefes de Segurança em muitas unidades, e os Deputados questionam isso, porque diz que aumento de cargo é trem da alegria, e não é, porque são...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quantos por cento, hoje, são contratados e quantos são concursados?

**O SR. JAIR RAMOS BRAGA** - Olha, nós temos contratados só em 2 penitenciárias, só uma em Curitiba e essa aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Que é nova?

**O SR. JAIR RAMOS BRAGA** - Não, a nova já é concurso, já é concursado. Por quê? Porque os concursados fizeram concurso para lá, mas como não tinha agente nessa unidade que o senhor viu lá, a industrial, colocamos ele até que se construísse a unidade. Terminou a construção da unidade, foram todos eles mandados para lá e teve de se pôr gente contratada nessa penitenciária nova, mas esse contrato é por 6 meses, porque está em fase de término o concurso público. O senhor sabe que um concurso público tem diversas circunstâncias.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

**O SR. JAIR RAMOS BRAGA** - Inclusive, o Estatuto do Funcionário Público Civil do Estado estabelece muitas normas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Só mais uma pergunta. Tem quantos Agentes Penitenciários ou Diretores de Presídios respondendo a processo administrativo por faltas dentro do sistema prisional, por irregularidades, por faltas graves, por desvio de conduta?

**O SR. JAIR RAMOS BRAGA** - Seu eu lhe contar que deve ter uns 20, o senhor vai achar pouco ou bastante?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor tem que me dizer quantos são para eu saber.

**O SR. JAIR RAMOS BRAGA** - Todos os dias nós temos inúmeras reclamações, inúmeras denúncias, e todas elas...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quais são as irregularidades mais comuns denunciadas sobre os agentes ou diretores?



**O SR. JAIR RAMOS BRAGA** - Com os diretores é insubordinação. Com relação a presos, maus-tratos, ofensa física. Olha...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E com relação a agentes?

**O SR. JAIR RAMOS BRAGA** - Hã?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Agentes.

**O SR. JAIR RAMOS BRAGA** - Agentes que praticam ofensa física. Estou aqui agora com a representação da Ordem dos Advogados do Brasil. Está-se fazendo sindicância sobre maus-tratos em empresas aqui em Cascavel. Se houver indícios suficientes na sindicância, ela se transformará em processo administrativo, devido ao processo legal, logicamente com direito de defesa, etc. Feito o processo administrativo e existindo prova, daí não é mais indício, existindo prova, automaticamente será levado ao Governador para usar o que diz o Estatuto do Funcionário Público: demissão daquele cidadão. E o Governador tem colocado na rua inúmeros agentes em razão dos maus-tratos. Agora, semana passada, inclusive, foram sete.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O número de fugas e de mortes violentas dentro dos presídios estão em fase de redução ou em fase crescente dentro do sistema prisional.

**O SR. JAIR RAMOS BRAGA** - Olha, morte violenta de presos é muito pouco. Ultimamente, nós tivemos umas 3 mortes, no máximo. Desde o tempo em que eu assumi a Secretaria — eu estou na Secretaria há menos de 2 anos —, nós tivemos 3 mortes, duas há pouco tempo, daquele cidadão que desfilava com 2 cabeças, isso antigamente, embaixo do braço. E o senhor veja o potencial ofensivo de um cidadão desse. E desse último aí que ele foi dissidente do PCC, e receberam ordem para matá-lo. Em vez de ele matar o indivíduo que matava, e eu vou lhe contar uma coisa assim particular, tinha um homossexual no presídio, esse homossexual tinha um estoque introduzido no ânus — o senhor veja a que ponto chega —, porque na hora que eles se encontraram, os dois que mataram e o que ia morrer, o homossexual tirou o estoque para aquele que morreu matar o outro, mas o outro foi mais rápido, tomou o estoque dele e matou o cidadão. Esse que matou tinha 300 anos de condenação e o que morreu tinha sessenta e dois. Então, não são anjinhos.





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Só mais uma pergunta que eu queria fazer, não sei se para o senhor, se para o juiz. Nós temos recebido muitas reclamações de falta de assessoria jurídica nos presídios. A informação que nós temos é que o Estado do Paraná não tem Defensoria Pública.

**O SR. JAIR RAMOS BRAGA** - Não tem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Isso é uma opção do Estado, o Estado entende que é desnecessário, ou o Estado supre a falta de defensores com outros programas capazes?

**O SR. JAIR RAMOS BRAGA** - Todas as penitenciárias têm defensor, nas penitenciárias, defensores dos presos, todas elas têm. De onde são? Da Procuradoria-Geral do Estado que destacou quarenta e poucos advogados para isso. Todas as penitenciárias têm defensor. Se o senhor perguntar aqui, nós temos. Inclusive entregamos um defensor para a penitenciária federal aqui, a pedido do Dr. Jaber, e o Governador mandou atender. Então, designei um defensor público para a penitenciária de Catanduvas, e todas elas no Estado do Paraná têm defensor público — um, dois, um, dois para cada preso. Para quê? Para ver o que o preso reivindica, na sua condição de presidiário no regime fechado, para solicitar um regime semi-aberto, para solicitar um indulto que vem agora no fim do ano, para solicitar uma comutação de pena. Isso o Estado tem, não tem o quadro de Defensoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então, ele designa, ele designa advogados para exercer a função de defensor. É isso?

**O SR. JAIR RAMOS BRAGA** - A Procuradoria...

**O SR. PAULO DAMAS** - Só um aparte. Desculpe, Desembargador, mas claro que há realmente a figura do Defensor. Tanto na Penitenciária Industrial de Cascavel quanto no Centro de Detenção e Ressocialização eles fazem um trabalho muito efetivo e muito eficiente. Mas só uma lembrança, a própria Lei de Execução Penal, se eu não me engano no art. 195, ela permite uma substituição da pessoa no pedido. Então, quer dizer, um pedido em favor de um preso não precisa ser feito exclusivamente pelo advogado. Ele pode ser feito pelo próprio preso, através de uma correspondência, como a gente processa aqui na Vara de Execuções Penais, quando ele manda uma carta escrita de próprio punho pedindo alguma coisa, ou



então através dos familiares. A mãe ou a esposa ou o pai ou um filho ou um irmão vem fazer o pedido. Eu tenho um formulário pronto, que eu atendo as partes 3 vezes por semana no meu gabinete, e um formulário pronto com vários pedidos: de progressão, remissão, livramento, saída temporária...

**O SR. JAIR RAMOS BRAGA** - indulto.

**O SR. PAULO DAMAS** - Como?

**O SR. JAIR RAMOS BRAGA** - Indulto, comutação de pena.

**O SR. PAULO DAMAS** - Indulto, comutação de pena, trabalho externo, prisão domiciliar. Vários pedidos também são processados, independentemente...

**O SR. JAIR RAMOS BRAGA** - E são chamados os incidentes de execução.

**O SR. PAULO DAMAS** - É, são os incidentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O.k. Vamos agora passar a palavra agora para o Dr. Damázio, que também vai fazer uma explanação sobre o trabalho do DEPEN. Depois continuaremos com as perguntas aos nossos convidados. O Secretário fique à vontade se precisar ausentar-se durante a explanação.

**O SR. JAIR RAMOS BRAGA** - Eu fico à disposição de V.Exa. O dia que achar conveniente, se eu for suficiente, convoque-me na CPI em Brasília que lá irei dizer sobre o Estado do Paraná. A Ordem dos Advogados do Brasil pode esperar que todos os fatos que ocorrerem em presídios serão investigados. As prerrogativas dos advogados são constitucionais e legais.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O Dr. Damázio está com a palavra.

**O SR. WILSON SALLES DAMÁZIO** - Sr. Presidente, Deputado Neucimar Fraga, inicialmente gostaria de parabenizá-lo pelo trabalho que a CPI vem fazendo. E isso para mim não é novidade, porque já o acompanhei em outra CPI. A CPI do Tráfico de Órgãos esteve lá em Pernambuco na época que eu era Superintendente, e o dinamismo dos trabalhos também era o mesmo. Demais Deputados aqui presente, Vereadores, juízes, secretários, promotora, colegas da Polícia Federal, membros da Ordem dos Advogados do Brasil, gostaria de dizer da minha grande satisfação em estar aqui mais uma vez na cidade de Cascavel, desta feita na Casa



do Povo, para falar sobre o Departamento Penitenciário Nacional, o Sistema Penitenciário Federal e também das ações do Governo Federal no campo da execução penal e do Sistema Penitenciário Nacional.

O Departamento Penitenciário Nacional é o órgão responsável para gerir as políticas penitenciárias a nível nacional, emanadas tanto do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, como também do próprio Ministério da Justiça e do Governo Federal. E o DEPEN nacional hoje não é apenas um órgão de fomento, um banco, como era no passado. Hoje, com a reestrutura do Departamento, criamos, além do Departamento Nacional, mais 3 diretorias: a Diretoria de Políticas Penitenciárias, que trabalha diretamente com os Estados, acompanhando os projetos, ajudando na execução penal, melhorando os sistemas, a Diretoria-Executiva, que cuida da parte orçamentária, financeira e de recursos humanos do Departamento, bem como de todos aqueles recursos que são repassados aos Estados, e a Diretoria do Sistema Penitenciário Federal, a qual dirijo, hoje responsável pelas penitenciárias federais. Sou delegado de Polícia Federal. Estou na ativa ainda e fui convidado para dirigir o Sistema Penitenciário Federal. Eu só aceitei essa missão porque vi no Sistema Penitenciário Federal uma excelente ferramenta para o combate à criminalidade. O Governo Federal se dispôs a implantar esse sistema após reclamos de longas datas. Como sabem aqui os estudiosos da matéria, a Lei nº 5.010, que criou a Justiça Federal, já falava nas penitenciárias federais, e isso desde 1966. Só que essas penitenciárias federais, conforme preconiza a Lei nº 5.010, seriam destinadas a presos condenados pela Justiça Federal. Veio a Lei de Execução Penal, veio a Lei dos Crimes Hediondos e outros diplomas legais e passaram a exigir penitenciárias federais, desta feita para presos de alta periculosidade, independente de ser federal ou não. E este Governo, o Governo Lula, em 2003, com o apoio incondicional do Departamento de Polícia Federal, resolveu criar o Sistema, e assim foi feito.

A princípio, o Sistema foi concebido dentro da Polícia Federal. Seria mais uma diretoria, ou mais uma coordenação geral dentro da Polícia Federal. Mas como, na época, a Secretaria Nacional de Justiça era o órgão ao qual o DEPEN estava vinculado, então, achou-se por bem deixar isso dentro do próprio Departamento. Então, o Departamento passou a exercer atividade meio, aquela de apoiar os



Estados, e também a fim de executar a pena a nível federal. De sorte que nós temos hoje, já inauguradas e funcionando, 2 penitenciárias federais: a de Catanduvas, que todos aqui conhecem, e a de Campo Grande, ambas, hoje, com um total de aproximadamente 250 presos, todos, todos líderes de organizações criminosas, facções criminosas ou, então, pessoas de altíssimo potencial ofensivo e que, de uma forma ou de outra, vinham colocando sob colapso os sistemas estaduais. Atualmente, mais de... aproximadamente 25 Estados da Federação já remeteram presos para o nosso sistema. Como disse, 250 presos que estão conosco. Temos em análise hoje mais uns 250 pedidos, o que, por si só, já esgotaria nossa capacidade, já que cada penitenciária federal tem uma capacidade máxima de 208 presos em celas individuais.

Mas nós já estamos com mais 2 penitenciárias para inaugurar: temos a de Porto Velho, que será inaugurada no final do ano, e a de Mossoró, no Rio Grande do Norte, que deve ser inaugurada no próximo mês. Temos um grave problema a resolver, que é justamente a falta de agentes penitenciários federais, não por culpa do DEPEN, mas por conta da própria burocracia da máquina governamental. Temos um projeto de lei para ser aprovado ou medida provisória, onde 1.050 vagas, 1.050 cargos de agentes penitenciários serão criados, destinados a essas 2 novas penitenciárias, mais uma terceira, que ainda não iniciou a construção, e também mais 300 homens, desses 1.050, que atenderão à Polícia Federal. Eles cuidarão dos presos que estão recolhidos, hoje, nas celas da Polícia Federal, em razão até de alguns Estados não receberem aqueles presos federais, aqueles presos que foram indiciados pela Polícia Federal. Pretendemos, num segundo momento, instalar pelo menos uma penitenciária federal em cada Estado, desta feita destinadas a presos realmente federais. Hoje, mais de 80% do nosso contingente de presos são presos estaduais. Então, de uma forma ou de outra, a gente está dando aquele troco ao Estado, que tanto já fez pelos presos federais. Então, hoje, a gente está ajudando os Estados nesse sentido: tirando deles aqueles presos de altíssima periculosidade ou líderes de facções criminosas que estavam colocando em colapso os sistemas estaduais.

Mas, além disso, além da criação desse sistema, o Governo Federal, neste ano, através do Ministro Tarso Genro, que tem uma formação muito boa na área



educacional, é um gaúcho muito ativo... Não estou aqui querendo render homenagens ao Ministro, mas é a pura realidade. Quando ele chegou no Ministério, substituindo o Ministro Márcio, já pediu para nós, diretores e secretários do Ministério, um novo programa direcionado à área de segurança pública, com um viés muito forte para a prevenção ao crime. Dizia: *“Já estamos cansados de comprar armas, coletes e viaturas. Agora, temos de investir na prevenção ao crime. E isso está sendo feito”*.

Além disso — nós estávamos lá para trabalhar junto com ele, eu e o Dr. Maurício, que é uma pessoa, apesar de não ser paranaense, mas fez sua vida toda aqui no Paraná, Dr. Maurício Kuehne —, demos esse viés também para o Sistema Penitenciário, o sistema carcerário. De sorte que hoje nós temos já previstos em Orçamento 6,7 bilhões de reais para serem aplicados no combate à criminalidade e também no Sistema Penitenciário, para serem aplicados nesses 4 anos. E, neste ano de 2007, foram descontingenciados do Orçamento mais de 400 milhões de reais, tanto do Fundo Nacional de Segurança Pública, a metade disso, algo em torno de 200 milhões, como também do Fundo Penitenciário Nacional. O Fundo Penitenciário Nacional trabalha com uma verba orçamentária aproximada de 200 milhões de reais. Mas, como tínhamos mais 216 milhões contingenciados, o Governo Federal autorizou a liberação desse recurso. E esses recursos, principalmente os do Sistema Penitenciário, destinados ao Sistema Penitenciário, serão aplicados, principalmente, não somente, mas principalmente, na geração de vagas. E essa geração de vaga será feita, não quantitativa, como muitos querem, mas sim qualitativa. Sabemos que o déficit hoje de vagas é de mais de 200 mil. Mas o Governo Federal vai disponibilizar aos Estados, nesses 4 anos, isso só com verba do PRONASCI... E essa verba do PRONASCI, nos próximos 4 anos, não é verba dos fundos, é verba orçamentária, é dinheiro novo. Pelo menos 37 mil novas vagas qualitativas serão geradas, 33 mil para presídios, penitenciárias destinadas a jovens e adultos, de 18 a 24 anos, e mais 4 mil para penitenciárias femininas. O Brasil hoje está sendo citado em cortes internacionais por conta do tratamento que dá a sua mulher encarcerada. E a gente quer reverter essa realidade. Então, serão construídas penitenciárias modelo para as mulheres e penitenciárias especiais para esses jovens adultos, porque pelo menos 60% da população carcerária hoje está



nessa faixa etária. E a nossa proposta é investir nessa faixa etária porque há uma probabilidade maior de serem ressocializados. Onze regiões inicialmente foram contempladas. E o Paraná, Curitiba, a Grande Curitiba, está contemplada pelo PRONASCI, que é o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. Então, ainda neste ano, o Paraná terá recursos para a construção de uma penitenciária para jovens adultos. O local de instalação da penitenciária quem diz é o Estado do Paraná. Os recursos já estão alocados. E essa penitenciária, considerada especial, gerará 421 vagas. No máximo, no máximo, 6 presos por cela; módulos de saúde de mais de mil metros quadrados, módulos de educação também nessa faixa. Então, será um presídio realmente ressocializante.

A experiência do Paraná é muito boa. Eu vi aqui. E tenho certeza de que, com a chegada desses presídios para jovens e adultos... O primeiro a gente ainda concebe este ano. É lógico que a construção... Não conseguimos iniciar a construção, mas, pelo menos, o recurso vai ser alocado ainda este ano. O Estado do Paraná vai saber utilizar bem esse recurso e administrar melhor ainda essa nova concepção de penitenciária. Mas esses recursos que o Governo Federal vai liberar para os Estados, eles terão algumas condicionalidades. E, no Sistema Penitenciário... E os recursos para o Sistema Penitenciário, Deputado Neucimar... Haverá um Plano Diretor do Sistema Penitenciário, ao qual o Estado terá que aderir. Esse plano diretor contempla 22 metas, todas calcadas em cima da Lei de Execução Penal, a nossa Lei de Execução Penal, que consideramos uma das melhores do mundo, talvez a melhor. Só que não é aplicada. Os ditames dela não são atendidos. E essas 22 metas traçadas no plano diretor, que vão desde a construção de patronatos, a instalação de conselhos da comunidade, o melhoramento da assistência jurídica e das defensorias públicas, a geração de vagas, também pelo Estado — o Estado também vai assumir o compromisso de gerar vagas com recursos próprios. O Estado do Paraná está fazendo isso bem —, a aplicação das assistências, a capacitação do homem que trabalha no Sistema Penitenciário, desde o diretor até os agentes penitenciários e os técnicos. E, nesse particular, diga-se de passagem, o PRONASCI está contemplando recursos especiais para essa capacitação, além desses recursos do próprio Sistema Penitenciário. A idéia nossa é fazer cursos, é capacitar esses agentes e até torná-los bacharéis em Sistema



Penitenciário, através de um curso de tecnólogo. Então, o avanço é grande. A nossa... Nós cremos que realmente esse programa mudará os paradigmas dos sistemas penitenciários estaduais. No princípio, aplicaremos esses recursos nessas 11 regiões.

Mas isso não quer dizer que os demais Estados não serão contemplados, mesmo por que com esse novo recurso que o PRONASCI está trazendo teremos uma folga maior para aplicar nos outros Estados, com os recursos do próprio Fundo, do Fundo Penitenciário. Estamos trabalhando, inclusive, na geração de novas receitas para o Fundo, porque acho que em 2005 foram retiradas as verbas das custas judiciais. Isso significou pelo menos 90 milhões a menos, anualmente, no Fundo Penitenciário. Hoje trabalhamos com uma média de 200 milhões, quando trabalhávamos com 290. Então, eu acredito muito nessa política governamental.

Eu parablenizo a CPI do Sistema Carcerário porque ela chegou num momento muito próprio, muito propício, mesmo por que o Governo Federal já está discutindo isso. E esta CPI, o trabalho que ela vem fazendo, só vai corroborar aquilo que o Governo Federal está fazendo, e as conclusões da CPI irão inclusive dizer se as políticas governamentais estão corretas ou não. Então, o trabalho da CPI é muito importante. Eu conclamo os Estados a apoiarem esse trabalho. O DEPEN já se engajou nessa luta da CPI. Já disponibilizamos técnicos para a CPI. Estamos trabalhando diuturnamente, respondendo em tempo recorde a tudo aquilo que a CPI nos pede. Estamos disponibilizando senha do INFOPEN, que é o nosso sistema informatizado de dados de todo o Sistema Penitenciário do Brasil. Estamos disponibilizando senha para a CPI, para que ela possa, ela mesma, consultar, sem precisar estar mandando ofício para o DEPEN. Eu acho que o trabalho é muito interessante. É um trabalho profícuo que a CPI está fazendo. Com essas boas práticas que a gente está vendo aqui no Estado do Paraná — pelo menos essas 2 unidades que nós visitamos —, o trabalho da CPI e o trabalho do Governo Federal... A Justiça também tem dado uma contribuição enorme.

A implantação, Sr. Juiz, das Varas Especiais de Penas e Medidas Alternativas tem sido muito importante para isso, a instalação dos patronatos com o acompanhamento dos egressos. Ou seja, aquelas pessoas que hoje estão saindo do Sistema... E a gente sabe que nem todo Estado tem uma política igual aqui a do



Paraná. A pessoa sai realmente sem saber muito o que fazer, ou até sabendo, vai praticar o crime novamente. O índice de reincidência é muito alto no nosso País. Nós temos que diminuir. Então, a instalação desse patronato é muito importante para acompanhar o egresso, apoiá-lo, arrumar-lhe um emprego, capacitá-lo também, se ele não foi capacitado na própria penitenciária. A instalação dos conselhos de comunidade, de suma importância até para fiscalizar aquilo que está sendo feito nos Estados. Então, eu acredito muito naquilo que está fazendo. Hoje estou do outro lado, porque eu sou um delegado de Polícia Federal ainda da ativa e sempre prendia e mandava para o sistema. O Sistema Penitenciário que se virasse para segurar aquele preso. Sentia na pele quando o sistema dizia: “*eu não tenho vaga*”, e eu tinha que segurar o preso na minha superintendência ou na minha delegacia. Mas abracei essa causa. Estou muito otimista e tenho certeza de que com isso que o Governo está fazendo, a própria Câmara também, não somente esta CPI, mas a Comissão também de Segurança Pública está fazendo um trabalho muito bom, a Comissão de Direitos Humanos. Novas discussões estão sendo trazidas. A própria terceirização nos presídios está sendo debatida também na Câmara. Eu sou contra a... Eu sou contra a terceirização da segurança das unidades prisionais. Mas o DEPEN está aberto a discutir tudo isso. Nós já aplicamos a terceirização de alguns serviços na nossa penitenciária federal. Então, é um assunto que a gente tem que discutir. Eu acho que novos paradigmas, os paradigmas têm que ser quebrados. Novas práticas têm que ser trazidas para o âmbito da discussão. A própria Polícia Penitenciária, da qual eu sou defensor... Eu defendo a Polícia Penitenciária porque vejo nela a ocupação de um lugar que está em aberto. É triste você ver hoje policiais militares cuidando de muralhas de presídios; policiais civis fazendo escolta de presos, quando deveriam estar ali investigando, os PMs, os policiais militares, quando deveriam estar combatendo o crime nas ruas, prevenindo a criminalidade. No Estado do Acre, por exemplo, 800 policiais militares, de um efetivo de 2.200, estão trabalhando no sistema prisional. Oitocentos policiais militares estão dentro das penitenciárias hoje. Imaginem esses 800 homens na rua, trabalhando. Com certeza, ia melhorar muito a segurança.

Então, eu acho que o lugar do agente penitenciário é na penitenciária. A Polícia Penitenciária tem a sua necessidade, mesmo porque, com o que a gente viu





em São Paulo, no ano passado, esses profissionais ficaram à mercê da criminalidade. Porque a Polícia Militar, o policial civil, o policial federal, quer queira, quer não, eles têm seu porte de arma, têm aquele contingente, estão treinados para se defenderem e defenderem a sociedade. Mas os agentes penitenciários não, eles foram alvos daquilo. Então, acho que a Polícia Penitenciária, com o papel da segurança externa e interna e de escolta dos presídios, até mesmo da segurança daqueles que trabalham no sistema prisional, ela é importante.

Agora, a parte do tratamento temos que fazer como o Sistema Penitenciário Federal está concebendo. (*Pausa.*) Profissionais de nível superior para a parte de gestão, profissionais de nível superior para a parte de tratamento penitenciário, técnicos para apoiar essas 2 categorias. É isso que a gente está fazendo. Esperamos que o Governo Federal promova logo a edição dessa medida provisória ou que mande esse PL para a Câmara, para o Congresso Nacional, porque precisamos muito, no Sistema Penitenciário Federal, desses novos profissionais. Não sei se teria alguma resposta a alguma indagação que foi feita pelos que me antecederam. A revista dos advogados, por exemplo, nas penitenciárias federais, é muito difícil de ser abolida. A concepção ali de segurança é muito forte. Infelizmente, temos exemplos, que não cabem aqui nem comentar, de profissionais dessa área, de pseudoprofissionais eu digo, que compactuam com a criminalidade e, às vezes, devassam a segurança das unidades prisionais. Pelo nível de criminosos que nós temos no sistema prisional, então a gente não pode abrir mão de certas regras de segurança. Estou aberto também à discussão, já conversei com o doutor aqui, e o que a gente puder fazer para melhorar, nós vamos fazer. O sistema prisional federal, quando foi concebido, o viés era só para segurança. Hoje, não. Nós já estamos pensando nessas outras práticas. Já estamos trabalhando e fazendo a parte do tratamento e a parte de assistências. E as mudanças virão. É um sistema novo, tem 1 ano e 3 meses só de inaugurado. Os profissionais que ali trabalham são absolutamente capacitados: 80% formados, tem nível superior, alguns com pós-graduação, outros até com doutorado, que estão trabalhando conosco. Pelo menos 30% são formados em Direito.

Então, nós temos um corpo qualificado, temos um sistema que pretendemos que ele seja o espelho para os sistemas estaduais. Sabemos que temos sistemas aí



que são excelentes, mas o Sistema Federal... A concepção é esta: nós queremos que ele sirva de espelho, como queremos também que o nosso agente penitenciário seja exemplo para os demais. Aqui em Cascavel sabemos que teve alguns incidentes com alguns agentes, mas eu computo isso, Sr. Juiz, até à jovialidade, à impetuosidade desses novos profissionais. Como todos sabem, o concurso contemplou desde 18 anos. Tem alguns que têm 20, 22, 23 anos, são jovens, estão com a carteira funcional, uma arma. Então, muitas vezes, eles acham até que são os bambambãs. Não são, e nós, na qualidade de diretor do sistema, o próprio diretor da unidade tem que orientá-los. Porque também, quando eles chegaram, não tinha ninguém para dizer a eles como fazer. Então, eles foram os primeiros. Eu tenho certeza de que aqueles que chegarão com essa próxima turma terão excelentes profissionais para orientá-los. Um incidente que houve aqui e que foi muito explorado pela mídia: após um treinamento que foi feito, 2 ou 3 companheiros fizeram uma brincadeira no raio X. Uma brincadeira infantil, e estão respondendo por isso.

Agora, teve um colega nosso que, não sabendo do dano que aquilo poderia causar, colocou as imagens no *YouTube*. Mas foi uma coisa feita sem maldade nenhuma. Vão responder por isso, porque ali não é lugar de brincadeiras. Agora, também aquilo não é coisa do outro mundo. A minha maior preocupação, senhor advogado, Sr. Presidente, é com a parte da corrupção no nosso sistema e, graças a Deus, hoje estamos com 1 ano e 3 meses sem um incidente de corrupção. Não temos 1 celular lá dentro. Não temos um celular. Uma ocorrência que houve, ligada a maus-tratos, está sendo apurada pela Polícia Federal, tanto na esfera disciplinar, no nível administrativo, como também na esfera penal. Uma comissão da Polícia Federal foi indicada para fazer apuração em processo administrativo, e um inquérito instaurado aqui na delegacia de Cascavel. Então, tudo está sendo apurado, como é apurado tudo aquilo... O desembargador aqui falou, o Secretário, e no Sistema Penitenciário Federal não é diferente. Toda notícia que chega no Sistema é apurada rigorosamente. Hoje mesmo estamos com uma comissão de processo disciplinar aqui, apuramos alguns faltas. Não são faltas graves nem gravíssimas, mas nós trabalhamos dessa forma. O nosso propósito é caminhar, trilhar o caminho que a Polícia Federal trilhou. A Polícia Federal levou 65, 66 anos para chegar ao grau em



que chegou hoje, mas também ela não tinha referência. O Sistema Penitenciário Federal hoje tem. A nossa proposta é que ele siga o exemplo e o caminho da Polícia Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos ao Dr. Damázio e ao DEPEN o apoio que realmente têm dado a esta Comissão.

A Dra. Andréa é professora. Inclusive, Dr. Damázio, é professora dos alunos do raio X. *(Risos.)*

**A SRA. ANDRÉA SIMONE FRIAS** - Aqui na região, principalmente na faculdade em que leciono, dos agentes penitenciários contratados, tem vários deles... Tem 2 turmas da faculdade só de agentes penitenciários. Então, os que não são formados...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - A Dra. Andréa terá de se ausentar. Temos aqui o Dr. Lauri, Vice-Presidente da OAB, que quer fazer algumas perguntas. O Dr. Cleber Evangelista também gostaria de fazer algumas. Não sei se tem alguma pergunta direcionada à promotora, senão nós vamos deixá-la à vontade, porque ela tem que se ausentar para um compromisso. Vamos passar a palavra ao Dr. Lauri, para fazer as indagações necessárias.

**O SR. LAURI DA SILVA** - Gostaria, num primeiro momento, de saudá-los todos, parabenizá-los pela exposição. E os comentários que vamos fazer são breves, dado que o nosso presidente da Subseção de Cascavel já explanou quanto à falta, ou melhor, que aqui em nossa subseção vamos exigir que sejam respeitadas as prerrogativas. Eu tenho a fazer a V.Exa. 2 considerações. Nós estamos... Esta CPI vem tratar aqui do sistema carcerário a nível de todo o Brasil.

Eu gostaria de deixar registrado aqui de público um exemplo de gestão que é a chefia da 15ª Subdivisão Policial. Se os senhores por lá não passaram, gostaria de sugerir que por lá passassem, para verem que, quando se tem interesse em gerir a coisa pública, é possível. A nossa 15ª Subdivisão Policial é gerida pelo Dr. Amadeu, que é um exemplo de administrador público. Melhorou e deu acesso e procurou, enquanto os detentos lá estavam... Dr. Paulo Damas é testemunha, Dra. Andréa, Promotora de Justiça nesta Comarca... Depois que esse senhor veio dirigir essa



unidade, nós temos um avanço em dignidade, em respeito aos direitos humanos, em respeito às prerrogativas profissionais dos advogados.

Então, gostaria de sugerir à Comissão que, se tivesse uma meia hora, passasse por lá. Hoje, nessa unidade prisional provisória, que é uma cadeia pública, ainda não tem um sistema adequado. Lá, nós temos 90 detentas, e esse delegado busca, junto ao Estado e junto à iniciativa privada, dar condições para que essas detentas provisórias e algumas já definitivas estejam ali. Então, nós estamos aqui durante o dia inteiro discutindo, Coronel Amauri, sobre os detentos. E nós estamos nos esquecendo de que em Cascavel temos 90 mulheres encarceradas, muitas delas de idade, algumas delas presas provisórias, outras delas presas definitivas. Cascavel também carece de um sistema prisional feminino. São aqui as colocações do Vice-Presidente da Ordem, em nome de todos os advogados de Cascavel, principalmente dos advogados criminalistas de Cascavel. Gostaria de ressaltar também, já que o Dr. Luciano colocou, a necessidade eminentemente do sistema semi-aberto para Cascavel. Já estamos gestionando junto ao Governo de Estado, e o Governo nos informa, segundo o Secretário de Justiça, que as verbas para a construção dessas instalações dependem da União. Então, nós precisamos, Sr. Presidente da Comissão, de celeridade. Estamos nos empenhando com os nossos representantes, o Dr. Paulo Damas já recebeu cópia dos ofícios, mas precisamos do empenho da União também para que esses recursos venham para o Estado para que possamos, tendo um sistema carcerário adequado, combater a criminalidade. Cascavel vem reduzindo vagarosamente os índices de violência, já reduzimos em quase 50% o número de homicídios, porque Cascavel tem instituições da sociedade civil organizada que se manifestam e que lutam. E sempre que precisarmos cobrar vamos cobrar, mas quando precisamos agradecer nós também agradecemos. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nós é que agradecemos.

Com a palavra o Dr. Cleber Evangelista. E queríamos agradecer também por estar conosco durante toda a oitiva acompanhando o trabalho da Comissão.

**O SR. CLEBER EVANGELISTA** - Antes que a Dra. Andréa se ausente, gostaria de agradecer a deferência que a senhora fez em relação à Comissão de



Direitos Humanos, da qual eu tive a honra de ser Presidente até a última gestão da OAB aqui em Cascavel. Muito obrigado pela deferência.

Deputado Neucimar, Deputada Jusmari, Deputada Luciana, antes de mais nada gostaria de enaltecer o desprendimento de V.Exas. em atravessar praticamente o Brasil para vir aqui, no garrão do País, para conhecer a nossa realidade penitenciária. Também estendo essa deferência aos assessores que acompanham V.Exas. Nós falamos aqui de cifras, nós falamos de números, nós falamos de muitas coisas, mas existem muitas outras realidades que devem ser exploradas por esta Comissão, e tenho certeza de que será.

Nós precisamos atentar, Deputado Neucimar, para a realidade intrapenitenciária. A preocupação que nós temos aqui em Cascavel, abrangendo também Catanduvas, é a preocupação de que se crie — isso é um risco eminente de acontecer — um Estado paralelo dentro dessas penitenciárias. Antes de eu abordar esse assunto, que vai ser contundente, e eu de antemão já peço desculpas pela contundência, é importante destacar que, dentro da classe dos agentes penitenciários, tanto federais como estaduais, existem pessoas ilibadas, com uma conduta exemplar, não só exercendo o papel de agentes, como de cidadãos também. Agora, infelizmente, temos notícias de agentes despreparados que estão investidos do cargo e que pensam ter, Deputado, uma autoridade que eles não têm. É claro que nós temos aí alguns fatores que podem explicar essa situação. É um sistema novo no que diz respeito à penitenciária federal, é um sistema novo no que diz respeito ao CDR aqui em Cascavel, mas fato é que, mesmo sendo um sistema novo, é intolerável que nós tenhamos alguns agentes, poucos, diga-se de passagem, mas que existem, que saiam lá da penitenciária de Catanduvas e que residem em Cascavel que vão a casas noturnas armados, sacam armas e dão tiros para cima. É intolerável que agentes penitenciários federais usem da carteira com o brasão da República para adentrar gratuitamente em casas noturnas. É intolerável que isso aconteça em qualquer lugar do Brasil, e isso é uma realidade, Deputado, uma realidade que precisamos apontar. A OAB de Cascavel historicamente nunca se afugentou quando precisou se manifestar, mesmo que muitas vezes tenha sido mal compreendida. A Comissão de Direitos Humanos jamais vai querer, jamais vai pedir que os presos tenham um tratamento que eles não mereçam. Mas vamos



exigir que eles tenham o tratamento que eles merecem. Porque o preso perde 2 direitos: o direito ao voto e o direito à liberdade. O direito à dignidade, o direito à visita, o direito ao banho de sol, o direito a alimentação digna, o direito ao estudo, o direito ao trabalho são preservados. Os senhores viram aqui em Cascavel exemplos que funcionam. É o caso da PIC. É importante ressaltar que, desde que foi fundada, há 6 anos, Juarez, tivemos pouquíssimos incidentes e incidentes rapidamente resolvidos. Agora, não podemos dizer o mesmo infelizmente de Catanduvas.

Em que pese o pesado investimento, Dr. Damázio, que tem sido feito e com destreza pelo Governo Federal, ainda há muita coisa para ser resolvida. Existem presos ali, Deputado, que estão ali... E eu preciso discordar do ilustre Dr. Damázio porque não são todos ali que têm alta periculosidade não. Aliás, recomendo a esta CPI que requeira ao DEPEN uma listagem de todos os presos que estão ali e o motivo pelo qual estão ali. É uma recomendação que eu faço e tenho certeza de que isso vai redundar em um esclarecimento maior do que eu estou fazendo aqui e é uma sugestão. Nós temos denúncias, Deputado, de maus-tratos sim. Muitas vezes, as autoridades investidas pelo Governo têm-se isentado dizendo que os presos estão se autoflagelando. Não vou descartar a possibilidade de que isso eventualmente ocorra, mas os casos que nós acompanhamos de perto, Deputado, nem que o preso fosse contorcionista, ele conseguiria se autoflagelar do jeito que os hematomas demonstraram. Isso é fato. A Polícia Federal indiciou esses agentes, e, por qualquer motivo que nós não conhecemos, infelizmente o Ministério Público Federal não denunciou esses agentes, esses maus agentes que enlameiam a imagem de toda uma classe. Então, eu gostaria que V.Exas. levassem aqui de Cascavel, aqui do Paraná, é claro, os bons exemplos que nós temos e que devem ser mostrados.

Mas eu gostaria que os senhores levassem também a nossa preocupação em relação à má conduta de alguns agentes, que são a minoria — eu vou frisar isso sempre que eu falar —, que acabam prejudicando não só o sistema penitenciário, a comunidade carcerária, mas também toda a sociedade. E não nos esqueçamos, Deputado Neucimar, de que nós vimos hoje lá, o senhor teve a oportunidade de conversar com presos que são condenados a 100, 120, 150 anos, mas em 30 anos eles vão sair. Cedo ou tarde eles estarão conosco, aqui no nosso seio da sociedade,



e como é que eles vão voltar? Nós temos também que dizer que nós, em relação ao CDR de Cascavel, uma casa recém-instalada, já tivemos problemas. E quando se fala em tortura, Deputado, eu gostaria também que houvesse uma abordagem maior do que a tortura física, porque muitas vezes a tortura psicológica é muito mais grave do que a tortura física. Um preso que tem que andar de mão para trás, de cabeça baixa e que ouse olhar no rosto de um agente e toma bordoadas, não é tratamento penitenciário adequado. A própria Deputada Jusmari teve sua atenção chamada por uma situação ali no CDR hoje. É importante salientar, Deputado, que nós somos favoráveis integralmente a um sistema disciplinar, porque o preso que não tem disciplina ele vai voltar para a cadeia. A OAB de Cascavel e a OAB como uma entidade nacional, Deputado, não quer passar a mão na cabeça de preso. Ele tem que cumprir a pena sim, mas ele tem que cumprir a pena dentro dos ditames da lei. Então, de nada adianta nós termos as ilustres presenças de V.Exas. aqui se nós não tivermos as nossas atenções chamadas para essas mazelas que acontecem. Não é necessário um agente tratar o preso de ladrão. É o que acontece aqui em Cascavel. O agente penitenciário, quando vai tratar com o preso, fala: *“Levanta aí, ladrão”*. Isso não é tratamento digno para nenhum ser humano. Não importa se ele está preso. O fato de existirem facções criminosas — acredito até que elas existam — não torna esse preso pior do que os outros, porque ele é preso. O Estado não pode olhar com diferença para esses presos, porque preso é preso. O preso que foi preso por roubar uma bicicleta é tão preso quanto o preso que é líder do PCC ou de qualquer outra facção que exista por aí. Então, a OAB de Cascavel clama de V.Exas. que os senhores levem essas preocupações convosco de volta para Brasília. Aqui existem irregularidades, sim. E não existem cifras que corrigirão isso se o pensamento não for mudado. Muitos agentes nem sabem porque estão trabalhando como agentes. Essa é a verdade.

E, no que diz respeito a uma das oportunidades em que foi constatada a agressão lá em Catanduvas, nós ouvimos da boca do então diretor daquele presídio de que de fato os agentes haviam agredido aquele interno. Então, é uma covardia de quem quer que seja usar como argumento que todos os presos se automutilam, que todos os presos se auto-agridem, porque isso é brincar com a seriedade que o assunto exige.



Então, eu peço mais uma vez que os senhores levem essas preocupações, e a OAB de Cascavel, em nome do Dr. Luciano Braga Côrtes, em nome do Dr. Lauri, em nome da Comissão de Direitos Humanos e em meu nome, está à disposição de V.Exas. para qualquer esclarecimento, porque aqui em Cascavel a OAB não se acovardará nunca. Essa sempre foi a nossa postura e sempre será, mesmo que precisemos ser contundentes como neste momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos o Cleber Evangelista.

Com a palavra ao Dr. Damázio, para responder algumas indagações feitas.

**O SR. WILSON SALLES DAMÁZIO** - Eu gostaria de responder às indagações, às acusações, a bem da verdade, que foram feitas pelo membro da Ordem dos Advogados do Brasil, e, lógico, a área em que ele atua, que é combate, é em defesa dos direitos humanos. Eu acredito que a veemência com que ele fala se deve também a isto. Eu estou começando a enxergar Catanduva como a casa dos horrores, como a masmorra medieval. Então, nessa cidade não tem Procuradoria da República, não tem Polícia Federal nem tem Justiça Federal. Não é possível. Do jeito que o senhor descreve isso, doutor, parece-me que aqui não tem nada disso, só tem um membro da Ordem dos Advogados do Brasil. É a única autoridade aqui que fala em defesa dos presos.

Eu tenho um juiz do Estado que quase que diuturnamente está lá dentro. A Defensoria Pública da União está lá dentro sempre. Esse caso que ocorreu com um dos presos lá de Catanduva, da maneira como o advogado fala, me parece até que o preso foi atropelado, chegou lá trucidado, quebrou braço, perna e tudo. O preso apareceu em juízo, apareceu para o médico da penitenciária com lesões, sim, lesões corporais, algumas manchas no corpo, cujo médico, que tem CRM, que está licenciado para exercer a sua profissão, e é o primeiro contato dentro da penitenciária que, diga-se de passagem, não é funcionário do Sistema Penitenciário Federal, é uma pessoa contratada através de um convênio com Catanduvás, então, no meu entendimento, ele não seria tão suspeito para dar uma opinião, foi a primeira pessoa que viu o preso na segunda-feira. O chefe de disciplina, no primeiro momento que conversou com o preso, que foi tirá-lo da cela do seguro, da cela da triagem, porque esse preso, Excelências, ele passou, desde que tinha chegado na





penitenciária, todo final de semana e à noite ele gritava com dores. Nós chamávamos o médico na penitenciária, o médico dizia: “*Ele está fingindo*”. Ou então: “*A doença que ele tem já vem de longas datas. A medicação que ele está tomando é própria para aplacar as dores que ele sente. Isso é fingimento*”. A nossa área de inteligência detectou que esse preso o qual o doutor defende aqui, com todo o direito, porque ele é membro da Ordem dos Advogados do Brasil e da Comissão de Direitos Humanos aqui de Cascavel, é o mesmo...

*(Intervenção fora do microfone .Inaudível.)*

**O SR. WILSON SALLES DAMÁZIO** - Doutor, eu ouvi o senhor e gostaria que o senhor me ouvisse. Acho que o Presidente vai dar réplica aqui na mesa. Então, por favor, não interrompa o meu raciocínio. Esse preso é integrante da pior facção criminosa que existe no Brasil; é um dos responsáveis pelo megassalto do Banco Central, em Fortaleza. Foi preso pela Polícia Federal. No dia em que a Polícia Federal prendeu, já me ligou pedindo, pelo amor de Deus, uma vaga em Catanduvas para colocar esse preso, porque a cela da Polícia Federal não tinha condições de segurá-lo lá em Curitiba. De igual sorte também as penitenciárias estaduais. Essa foi a preocupação da Polícia Federal. E nós autorizamos, concedemos uma vaga, e a Justiça Federal determinou a remoção do preso para lá. Esse preso diuturnamente fazia isso, à noite. Por quê? Porque ele estava preparando um resgate. A quadrilha dele simplesmente, doutor, ia matar todos os meus agentes, para tirá-lo. E, o senhor sabe, o dinheiro que ele tem guardado é suficiente para isso, para contratar quem ele quiser. Então, nas várias vezes em que ele alegou dores, foi atendido pelo médico e foi até removido da penitenciária, agora, mediante uma escolta mista de DEPEN e Polícia Federal. Ele não teve condições de fazer isso. Esse preso, em determinado dia, num sábado ou um domingo, foi tirado da cela onde ele estava, porque estava tumultuando toda a vivência, colocando a cadeia prestes a uma rebelião, por conta dele. Tiramos ele e colocamos no “seguro”.

Na segunda-feira, esse preso me aparece com alguns hematomas. O meu chefe de disciplina imediatamente comunicou o caso ao diretor da unidade e levou o preso ao médico. O diretor da unidade, Dr. Urbano, que Delegado Federal também aposentado, nunca, em momento algum, confessou isso para mim ou disse para mim, enquanto superior hierárquico dele, que os agentes tinham praticado lesão,



mesmo porque ele não estava lá, ele não viu, ninguém viu. Quem é que pode dizer? Os presos, os agentes e as imagens da penitenciária. O Dr. Urbano nunca me falou isso. Se ele falou parra o senhor, ele faltou comigo. Não quero dizer que o senhor está mentindo, porque eu lhe respeito muito. Está certo? Não quero dizer isso. Mas com o Dr. Urbano eu tive várias conversas com ele sobre isso. E o que ele me falou é que o médico da unidade avaliou o preso e concluiu que aquilo era autolesão. E os documentos estão nos autos. O laudo que está no inquérito, o laudo do IML de Cascavel, não é conclusivo da forma como o senhor fala. Parece até que o preso foi atropelado por uma carreta dessas que carrega soja.

Então, o caso foi entregue às autoridades competentes. Quem são as autoridades competentes para apurar prática de crime atribuída a agente penitenciário federal? Apuração: Polícia Federal; denúncia: Ministério Público; julgamento: Justiça Federal. No aspecto disciplinar, eu fiz questão de não mandar ninguém do DEPEN apurar. Pedi uma comissão da Polícia Federal, doutores. Acho que é um órgão isento para tanto. E aqui mais ainda em Catanduvas, em razão até de alguns problemas que aconteceram, e todos sabem. Pedi uma comissão da Polícia Federal. A comissão da Polícia Federal, no âmbito disciplinar, apurou que não tinha elementos para indiciar nenhum dos agentes. Solicitou o arquivamento do processo disciplinar. Esse processo passou por mim e está com o Dr. Maurício. Nosso Diretor-Geral do DEPEN, com a cautela que ele tem, que é um membro do Ministério Público também, está aguardando, inclusive, a manifestação do Ministério Público Federal, que o senhor acaba de me dizer que não denunciou os agentes. Então, o Ministério Público Federal está compactuando com ações criminosas de agentes do DEPEN. Ora, a Polícia Federal fez a indicição. Ouvi os agentes em sede de inquérito e, num segundo momento, sem interrogá-los, diga-se de passagem, fez a indicição indireta dos agentes envolvidos. O caso foi à esfera competente, que é o Ministério Público. O Ministério Público não denunciou. Por que será que o Ministério Público não denunciou? Será que o Ministério Público está compactuando com isso, gente? Pelo amor de Deus. Não denunciou, como o senhor está dizendo. Então, fico a cavaleiro. Ouvi as suas denúncias, mas tenho que me defender. Não me defender. Trazer a realidade dos fatos, porque o caso, nas 2 esferas, fora entregue às autoridades competentes e está sob análise. Caso dos



agentes penitenciários federais adentrando, armados, casas noturnas. Eu acabei de dizer, aconteceram problemas aqui. Agora, pergunto, e está aqui um delegado da Polícia Federal: continua acontecendo isso? E, se continua, em que grau? São 230 jovens que passaram em concurso público. Estão habilitados a trabalhar. Fizeram um dos melhores cursos que tem aqui. O advogado está dizendo que eles são mal treinados, que não servem para nada. Fizeram o melhor curso que existe no Brasil, que é o curso do GEPOI, e a parte humanística foi toda dada por técnicos do DEPEN credenciados e que dão esse treinamento no Brasil todo. Então, não sei se estamos falando de Brasil ou dos Estados Unidos, de Europa ou o que é.

No Brasil, o que tem de melhor, foi aplicado aos agentes penitenciários federais. E essa história de entrar em casa noturna, de tomar um trago, de ter um problema, pelo amor de Deus, isso ocorre com os senhores, com qualquer um de nós. A bebida, nós sabemos, ocorre. Uma pessoa bate na gente, mexe com a nossa mulher. Quem que não sobe à cabeça e não cria um problema? Agora esse negócio de puxar arma, de dar tiro, isso aqui é um velho oeste, doutor? Não tem Polícia Federal aqui não, doutor? Porque se um agente penitenciário federal saca uma arma dentro de uma boate, usando da prerrogativa que tem de andar armado, e que é uma prerrogativa dada pela lei, o Estatuto do Desarmamento, e se ele atira dentro da boate indevidamente, eu quero ver se isso ocorreu. Deve ter ocorrido uma vez. Não tenho conhecimento. Tenho conhecimento do saque de uma arma em uma oportunidade. Agora disparo de arma de fogo, não tenho. Então, Brasília é muito distante de Cascavel e as coisas não chegam lá. Presos sem periculosidade. Doutor, aqui ele está se arvorando, está cuidando aqui de tudo o que acontece no Brasil, porque para um preso adentrar no Sistema Penitenciário Federal, em primeiro lugar, o Sistema Penitenciário Estadual faz um documento para o Sistema Federal dizendo que tem preso assim, assim, assim, dá todo o perfil do preso. Eu analiso aquilo, digo o que tem. Tem 3 vagas, defiro 3, 4, 5 que eles pediram, dependendo da minha capacidade. Imediatamente, de acordo com a Resolução nº 557, do Conselho da Justiça Federal, o Juiz da Vara de Execuções Penais do Estado ou o juiz do processo, se for preso provisório — se for preso condenado, Vara de Execução; se for preso provisório, juiz do processo — encaminha um documento ao juiz federal responsável pela Vara de Execução Penal Federal. No caso aqui, diga-se de



passagem, doutor, é um colegiado. São 5 ou 6 juízes, não me recordo agora, que analisam isso. O juiz analisa, defere o pedido da autoridade estadual, do juiz estadual; não é mais do sistema penitenciário, é do juiz estadual. Defere aquele pedido ou não, como muitos já foram indeferidos, e encaminha a autorização para mim, enquanto diretor do sistema, dizendo: autorizo a admissão no sistema penitenciário federal dos presos fulano, fulano, fulano e beltrano. O Estado junta os prontuários dos presos, toda a documentação necessária e encaminha para o juiz federal. O juiz federal defere, como tem deferido alguns. Encaminha o preso para cá, e está ele aqui em Catanduvas, como está em Campo Grande. Há de se registrar que o Sistema Penitenciário Federal existe hoje nessa primeira fase para presos de alta periculosidade. Veja o que estou falando: alta periculosidade, integrantes de facções criminosas ou até mesmo aquele que, em sua própria segurança, peça para vir para o sistema. Eu tenho 3 nessas condições. Então, não é só líder de facções criminosas. Não precisa ser o Luiz Fernando da Costa. Não precisa ser o Juan Carlos Abadias. Não precisa ser o Norambuena. Não precisa ser líder de organizações criminosas nem ser um traficante internacional para ir para lá, não. Basta que ele seja de alta periculosidade e que esteja tumultuando o sistema estadual, como é o caso de alguns que vimos hoje e que não são líder de coisa alguma, mas que têm 200 anos para cumprir por homicídios, dos mais terríveis possíveis. Um monte deles, lá no presídio do Urso Branco, ficou jogando futebol com a cabeça de outro detento que ele decapitou. Há “ene” exemplos desses. Não são líderes de coisa nenhuma, mas eles atuavam no sistema estadual dessa forma. Outra coisa, os procedimentos. Todos os procedimentos da nossa unidade estão pautados em decreto presidencial, na própria Lei de Execução Penal, em orientações do Conselho Nacional de Política Criminal e em portarias emanadas do Ministro e do Diretor-Geral.

Então, todos esses procedimentos estão regulamentados. Existe algum procedimento que não está de acordo? Doutor, faça um documento para mim, encaminhe, formalize, vou reanalisar. O DEPEN está aberto à discussão, é um sistema novo, como disse. Não se pode exigir de um sistema que começou há 1 ano e 3 meses, e da forma como todo mundo sabe. Tivemos que inaugurar aquela penitenciária às pressas, porque tínhamos o País sofrendo uma megarrebelião, um



problema dos mais sérios jamais vistos na área de segurança pública com relação aos sistemas estaduais. E foi por isso que a nossa penitenciária tivemos de inaugurar mais rapidamente para ajudar os nossos co-irmãos dos Estados.

Então, todos os procedimentos, doutor, estão pautados em normas, tanto leis, como decretos, como portarias. Agora, tudo que o senhor achar que estiver errado, eu respeito sua opinião, mande-me e formalize, que a gente vai reestudar, como estou acabando de reestudar agora uma portaria que fizemos. Então, não estou aqui fechado à discussão. Agora, acho que a verdade dos fatos deve ser dita, até para que a Comissão não saia daqui com a impressão de que aquela penitenciária foi maquiada para a entrada dos Parlamentares. Aquilo ali, doutor, acontece daquela forma 24 horas por dia. Fiquei triste em não ver o senhor assistir a um procedimento de transferência de preso. Teve um preso hoje que saiu.

Queria que o senhor visse como é feito. Tem procedimento? Tem. São rigorosos? São. Agora, como é que os senhores querem que tratemos a nata da criminalidade organizada e os presos perigosos do País? Não autorizo nenhum ato de lesão corporal, maus tratos, qualquer lesão aos direitos humanos de qualquer pessoa. Agora, também não posso deixar que a minha penitenciária seja invadida e que os meus agentes penitenciários fiquem à mercê dos presos, o que ocorre em vários Estados do Brasil onde os agentes penitenciários têm medo e até alguns policiais têm medo dos criminosos. Isso ocorreu no Estado do Rio Grande do Norte, e digo isso porque o único que teve coragem de ir à televisão falar no *Linha Direta* foi eu e o delegado da Polícia Federal de lá. A polícia do Rio Grande do Norte com medo de uma quadrilha dos Carneiros. Isso é um absurdo, isso não pode acontecer, não temos que ter medo. Fiquei triste quando um delegado meu, delegado da minha Polícia, veio me reclamar porque o Luiz Fernando da Costa tinha ido para Campo Grande. Digo: *“Por quê?” – “Não, porque você sabe como é...”* Não tem isso, eu não tenho que ter medo de preso, gente! Esse sistema foi criado para isso. Não quero tortura, não quero maus tratos, não quero nada.

Agora, a disciplina tem que ser rígida. Tudo aquilo que a lei me autorizar a fazer para que essas pessoas não voltem a interferir nos sistemas estaduais, eu vou fazer. Muito obrigado, doutor.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Queremos agradecer ao Dr. Damázio.

Passamos a palavra ao Dr. Evangelista, para fazer as considerações finais.

**O SR. CLEBER EVANGELISTA** - Em primeiro lugar, Dr. Damázio, em nenhum momento o senhor ouviu da minha boca que os agentes penitenciários não servem para nada. Pelo contrário, eu disse que é uma classe que deve ser respeitada e que infelizmente alguns membros enlameiam a classe. Foi isso que o senhor ouviu de mim.

**O SR. WILSON SALLES DAMÁZIO** - Tem gravação.

**O SR. CLEBER EVANGELISTA** - Exatamente. Então, na verdade, eu gostaria que o senhor até se retratasse e não colocasse palavras na minha boca.

Em segundo lugar, doutores Deputados, existe uma nota oficial da OAB, que inclusive deve estar nas mãos dos senhores já — caso não esteja, providenciaremos. É uma nota oficial da Ordem dos Advogados do Brasil, assinada pelo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, onde nós afirmamos à sociedade de que houve agressão. E essa agressão é emblemática, mas existem outras. Não vamos ficar aqui falando de um interno, existem outras. E a agressão não precisa necessariamente ser física, Dr. Damázio. Então, se eu me arvore em alguma coisa, me arvore na mesma árvore da copa de onde o senhor vê os arrebatamentos que o senhor tem visto.

Aliás, faço mais uma sugestão à CPI, Deputados, no sentido de requerer ao DEPEN, ao sistema de inteligência, que faça a juntada desses documentos que constatarem. E se, porventura, existirem esses documentos e forem provas cabais, eu, pessoalmente, me retrato do que eu falei. Mas é uma recomendação que eu faço à CPI: que requeira, então, esses relatórios, essas constatações de que haveria um arrebatamento, de que haveria um resgate, porque, para mim, isso é conjectura. Agora, se documentos forem juntados pelo DEPEN, eu, pessoalmente, me retrato, Deputado. Então, se existe alguém se arvorando aqui, não sou eu. Eu gostaria até de receber informações dos senhores, se os senhores têm em mãos a nota oficial da OAB — Ordem dos Advogados do Brasil, que afirma, depois de constatar as agressões, que elas, de fato, ocorreram. Então, se os senhores não tiverem essa nota, com muito prazer, eu lhes passarei imediatamente. Então, eu gostaria...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Eu só indago se essa nota foi encaminhada à CPI, ou foi encaminhada a algum membro. Talvez possa ter sido encaminhada a algum membro.

**O SR. CLEBER EVANGELISTA** - Essa nota deve ter chegado nas mãos do Deputado Dr. Talmir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então, queria solicitar que pudesse encaminhar essas notas à Presidência da CPI, que nós a receberemos e registraremos nos Anais da CPI, porque, às vezes, chega através de um membro e não fica protocolado na Secretaria da Comissão.

**O SR. CLEBER EVANGELISTA** - Uma última observação. Dr. Damázio, em nenhum momento eu vou defender um preso. Eu estou aqui na defesa dos presos, no que eles têm direito. Então, eu gostaria, inclusive, que o senhor reanalisasse aí sua fala no que diz respeito que eu estou defendendo o preso Girotti. Eu não sou advogado dele, não sou constituído como advogado dele, e não tenho interesse nenhum em defender um preso e, sim, os direitos dos presos, Deputado. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Deputada Jusmari, não sei se quer fazer uso da palavra. A Deputada Jusmari tem a palavra.

**A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA** - Bem, eu tinha anotado algumas perguntas aqui e ia fazer, desde que elas não ofendam ninguém. (*Risos.*) Eu quero dizer aqui: a gente precisa fazer as perguntas, até para saber sobre a impressão que a gente teve. Pode ser que a primeira impressão não é a que fica. A primeira impressão deve ser o caminho para a gente buscar a realidade das coisas. Eu quero fazer a primeira colocação para o Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários, o Dr. Clayton. Eu sempre parto de um princípio: podem me achar maluca, mas eu não consigo odiar nenhum daqueles presos. Eu sempre acho que a pessoa peca por ignorância, por falta de educação, por falta de conhecimento. E sempre acho que há a segunda chance.

E o que eu vou colocar para o senhor agora vai de encontro à questão dos agentes penitenciários e toca um pouquinho nisso que o Dr. Evangelista colocou. Eu acho, sim, e a gente tem conhecimento de que existem algumas ações que extrapolam nos agentes penitenciários. Mas eu também acho que o sistema é falho



também nessa questão. E estava falando ao Presidente da CPI que nós vamos solicitar à CPI uma sub-relatoria exatamente para averiguar a questão dos funcionários do sistema carcerário. Eles estão sendo tratados como seres humanos?

Eu milito na área de direitos humanos. Sou membro da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal e atuo na Comissão de Direitos Humanos. E é uma das coisas que me levou a pedir ao meu partido para me indicar à CPI era avaliar essa questão dentro do sistema. Mas nós não podemos esquecer que o agente carcerário é o principal ser humano dentro do sistema. Então, por isso, nós vamos pedir, Deputado Neucimar, essa sub-relatoria, para a gente averiguar isso, porque, muitas vezes, o agente que comete uma falha, que trata mal um preso, ele, às vezes, nem tomou conhecimento da questão dos direitos humanos. Uma vez eu também não tinha conhecimento. E muitos cidadãos brasileiros não têm conhecimento disso. Então, o que eu queria solicitar do senhor é que nos falasse um pouquinho sobre isto: os agentes penitenciários recebem do sistema público estadual ou federal... E aí o Dr. Damázio me adiantou bastante, dizendo do seu planejamento, e eu fiquei muito feliz já de ouvir que o DEPEN está pensando nisso, em investir nisso.

Mas hoje, atualmente, Dr. Clayton, há uma preocupação. Os agentes penitenciários, depois do concurso, depois que eles passam a ser agentes efetivados, eles têm periodicamente capacitação? Essa, se tem, existe dentro dessa capacitação o chamamento para a questão do respeito ao apenado de que ele é um ser humano? Há esse chamamento para o agente de que ele entenda que, no processo, a sua função, o seu objetivo é ressocializar aquela criatura que ele recebeu para guardar, para cuidar e para averiguar e que o objetivo dele não é apontar todos os momentos o erro que essa pessoa cometeu, que esse erro já foi apontado pelo Dr. Paulo, lá no julgamento, na sentença? E a sentença dele é ser ressocializado, é ser conscientizado sobre o seu erro. Porque eu também concordo com o Dr. Evangelista que a maior tortura não está na agressão física, mas está na agressão verbal.

Então, era isso que eu gostaria de colocar. E gostaria, se possível, além dessa pergunta que lhe faço agora, que o senhor pudesse nos subsidiando, já que o senhor é presidente do sindicato, sobre essa questão da capacitação, do





aperfeiçoamento, da humanização, da conscientização desses agentes. Eles têm dentro do sistema recursos para isso? Eles são chamados para isso ou não são? E depois essa questão dos direitos dos agentes com relação a salário, a tratamento, ao próprio direito à capacitação, a gente gostaria de estar recebendo algum documento e algum indicativo para que a gente pudesse embasar na CPI também, porque eu acho que a CPI deve se voltar, sim, também para o benefício dessa classe, que é muito importante; dentro dela, como em todas as outras, na nossa, de Deputado, de juiz, de delegado, de promotor, de policial federal, todas têm o joio e têm o trigo. Não adianta a gente dizer que não, que aí estaríamos acobertando a realidade do ser humano e não a do Brasil e não a do Estado do Paraná.

Era essa colocação.

**O SR. CLAYTON AGOSTINHO AUWERTER** - Em primeiro lugar, Deputada, aleluia, porque o simples fato de ser já se está aplicando um novo ângulo de visão, para mim, já é um excelente começo. Existe um problemas, sim, nessa área. Em primeiro lugar, eu gostaria de esclarecer não só à senhora, mas aos demais Deputados e aos demais presentes sobre o papel fundamental do agente penitenciário. Existe até uma discussão nesse sentido.

Qual o papel do agente penitenciário? Vigilância e custódia. Esse é o papel do agente penitenciário. Ele é um elo no trabalho de ressocialização. Ele leva o preso para o tratamento penal, que não é atribuição dele. Ele colabora, sim, no momento em que ele faz o trabalho dele, promovendo a dignificação e a humanização da pena. É muito claro. Então, nós temos a preocupação dentro da Federação Brasileira dos Agentes Penitenciários e dentro do Fórum Nacional Permanente para Assuntos Penitenciários em esclarecer esse fato. Não podemos atribuir ao agente penitenciário um trabalho que é do técnico, que é do psicólogo, que é do assistente social, que é de toda uma equipe multidisciplinar que tem essa função.

Gostaria de esclarecer também, Deputada, que quando o candidato ao cargo de agente penitenciário é treinado, ele recebe um curso — infelizmente, não é o que nós gostaríamos, já que o curso dura apenas 24 poucos dias; eu também sou instrutor da Escola Penitenciária, e tive oportunidade de treinar alguns agentes penitenciários dessa nova leva que direciona ao sistema penitenciário — de que os



direitos humanos é uma matéria presente, sim, e que nós insistimos em implementar no sentido de que haja uma escola no sistema penitenciário de direitos humanos. Infelizmente, eu também tenho de declarar que, no ano passado, o Estado do Paraná devolveu para o DEPEN nacional mais de 80 milhões de reais, que eram para ser investidos em treinamentos de funcionários. Por que isso? Porque o Estado do Paraná não deu a contrapartida. Então, existem recursos para se investir em treinamento do servidor público, do servidor penitenciário, sim, só que ele não é aplicado, porque não há interesse do Estado.

Eu gostaria também de dizer que a Escola Penitenciária tem um curso sobre humanização do trato penal. Curso esse — nós temos uma nova Diretora da Escola Penitenciária, chamada Sandra Drumont, que tem a preocupação dessa conotação dos direitos humanos. E ela está buscando meios para que se implemente esse curso. Nós tivemos uma situação difícil, em agosto, na Penitenciária Central do Estado, quando um agente penitenciário veio a falecer em função de uma queda de nível. Daí eu fui buscar meios para discussão, porque o servidor público não está incluído nas benesses, como é sujeito às NRs, ou CIPA ou todo esse processo. O servidor estatutário não tem acesso a essa lei, ele é alijado disso. Isso suscitou uma denúncia em 2005. Está-se tentando criar no Paraná, hoje, uma saúde para o servidor penitenciário.

Nessa minha busca de implementar essa autenticação do Ministério do Trabalho, eu procurei o Ministério Público do Trabalho, em Curitiba, e acabei conhecendo um Promotor chamado Gláucio Araújo de Oliveira, Promotor do Ministério Público do Trabalho. Ali, eu vim a descobrir que existia uma demanda do Ministério Público do Trabalho contra uma empresa de administração de recursos humanos, aqui, no Paraná. E essa empresa perdeu a demanda e, no termo de ajuste e compromisso, ela se comprometeu investir o valor pecuniário dessa ação em investimentos como o Primeiro Emprego, investimentos em treinamento de presos.

A Penitenciária Industrial de Guarapuava recebeu essas benesses. E eu descobri que o dinheiro seria para investir no agente penitenciário. Ontem, tivemos uma reunião com a advogada dessa empresa, com a Diretora da Escola Penitenciária, e o sindicato está implementando recursos para que se possa



implementar alguns cursos. Dentre estes, aventou-se esse curso que trata principalmente da humanização do trato penal. É uma preocupação da categoria, mesmo porque nós temos uma política de estabelecer a clientela a qual nós vamos atender, e a clientela é o preso. Logicamente que, indiretamente, servimos à população do Paraná. O servidor público está aí para promover o quê? Tentar promover uma mudança nesse elemento que cometeu um crime e, por isso, foi alijado do seu direito de liberdade, e tentar devolvê-lo da melhor forma possível para a sociedade que o condenou. Então, doutora, existe, sim, tratamento. Não existe a dedicação que nós gostaríamos, em função de que o Estado não tem essa cultura de investir, principalmente nessas áreas de direitos humanos. Mas existe uma tentativa, sim. Ela tinha de ser mais perseverante, o que nos traz, Deputada, ao fato de que — infelizmente, não está mais aqui o Secretário, mas isso é notório — faz parte de uma ideologia que a nossa entidade sindical tem no sentido de que no Sistema Penitenciário do Paraná as políticas não são perenes. Em função de quê? O Secretário de Justiça é um desembargador aposentado, o Curador do Departamento Penitenciário é um policial militar aposentado. São pessoas que, infelizmente, por mais idôneas que sejam, por mais capazes que possam ser, não são comprometidas com o meio. São cargos que promovem políticas sazonais. Não existe um trabalho perene no sentido de promover uma política que possa trazer resultados a médio e a longo prazos. Espero que, com essas informações, Deputada, eu possa ter esclarecido a sua pergunta. Obrigado.

**A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA** - Eu tinha anotado essa pergunta para fazer, inclusive, ao pessoal da Pastoral Carcerária, da OAB e também à Promotora. Eu estou pedindo licença, apesar de que ele não se manifestou, aqui, na audiência, mas vou fazer a pergunta a ele.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O Coronel...

**A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA** - O Coronel que é o Diretor do...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - do CDR.

**A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA** - ... CDR. O Dr. Evangelista citou no seu discurso, porque ele o percebeu no momento. Mais uma vez vou dizer que eu espero sempre que a primeira impressão não seja a que fique. Eu percebi que o detento, assim que ele adentrou o recinto, parou numa referência ao agente



penitenciário, e numa reverência muito humilhante. Ele colocou a cabeça na parede e colocou as mãos para trás. E aquilo me chocou muito e me pareceu que é um ritual. Eu fui atrás do detento, mas não consegui falar, porque ele foi colocado na cela, imediatamente. Mas, depois, me aproximei de outra pessoa, que não era detenta, e que me disse que isso é comum, que é assim que os detentos lá no CDR têm que se portar, quando eles avistam um agente ou quando eles são avistados por um agente penitenciário. Eu não sei, como mulher ou como cidadã comum, eu também não conheço muito o sistema, se, de repente, isso é uma prática comum, se, de repente, isso é uma prática legal, mas que é esquisito é.

E eu gostaria de perguntar ao coronel se realmente a impressão que eu tive é verdadeira, se isso acontece, se é um ritual, se é uma exigência dos agentes, se é a disciplina e se é legal perante o sistema ter uma disciplina dessa forma, porque realmente eu acho que reverência a gente só deve a uma pessoa e Ele não é visível. Eu não acho isso normal. Então, eu gostaria de perguntar, e eu teria também perguntado à Pastoral Carcerária. Inclusive, eu citei esse caso para a Promotora, para que o Ministério Público pudesse averiguar se realmente é isso.

Não citei como um fato de que eu me convenci de que era isso. Só citei a ela para que averiguasse. Então, era esta a pergunta que eu tinha para fazer para o senhor. Se o senhor puder nos responder, fico agradecida.

**O SR. ANTONIO AMAURI FERREIRA LIMA** - Pois não. O nosso Centro de Detenção e Ressocialização está ainda em fase de iniciação. Estamos com 45 dias aproximadamente de atividade. Nós estamos recepcionando os presos que até então ocupavam a Cadeia Pública de Cascavel, como já foi citado aqui, onde num espaço para 140 pessoas existiam nada mais, nada menos do que setecentos e poucas. Então, em razão disso, eles viviam num clima onde a disciplina era bastante comprometida, porquanto não havia condições adequadas para se exigir uma disciplina dos presos. E louve-se o trabalho do Dr. Amadeu, como já foi citado aqui, que heroicamente conseguiu controlar aquela população carcerária nas condições precárias que ele tinha lá à sua disposição. Graças ao trabalho eficiente que o Dr. Amadeu conseguiu realizar, nós não tivemos problemas mais sérios.

Mas a partir da inauguração desse Centro, que sempre foi aspiração da população de Cascavel e da região, passamos a ter, então, condições mais



adequadas para exigir disciplina que se entende que deve ser cobrada dos presos, já que se busca a reeducação do preso, com vistas à sua reinserção social. Então, optou-se por ter uma disciplina mais rigorosa no início dos trabalhos.

Isso não foi iniciativa minha, do Diretor; foi recomendação do próprio Departamento Penitenciário que a disciplina deveria ser um pouco mais rigorosa no início, para que, progressivamente, paulatinamente, à medida em que os presos fossem demonstrando já estarem com uma disciplina melhor, se fosse afrouxando um pouco, até que se chegasse ao nível quase semelhante ao que se viu na Penitenciária Industrial de Cascavel.

Evidentemente, que a Penitenciária Industrial de Cascavel tem características diferentes do CDR. Ela já existe há 5, 6 anos. E os presos, pelas suas condutas e pelas suas posturas, eles foram conquistando algum tratamento diferenciado, como pôde ser visto. O CDR, por estar ainda no início, não é possível isso. Nós não podemos dispensar ao preso alguns tratamentos que são dados lá na PIC, porque senão a gente perde o controle daquela massa carcerária. Como falei, são pessoas que estão vindo da cadeia pública, onde viviam numa situação bastante comprometida, bastante complicada, em função das condições precárias, onde eles tinham uma série de regalias e concessões, não por culpa da equipe que lá estava, como eu falei fez um trabalho brilhante, mas devido às condições precárias daquela presídio. Então, para que o preso entenda que num estabelecimento presidiário ele não pode mais fazer determinadas coisas que ele fazia, evidentemente, que a gente tem que começar com uma disciplina mais rigorosa.

Essa questão do preso encostar-se na parede, virar as costas, não é uma reverência exclusiva para os agentes penitenciários, nada disso. Toda e qualquer pessoa, seja agente penitenciário, seja uma pessoa da comunidade que adentre o CDR para visitar o preso, para tratar de alguma assunto, e se porventura o preso estiver num dos corredores, a recomendação é que ele vire-se para a parede e não fique encarando o visitante. Mas é uma coisa que nós falamos a ele que, futuramente, é uma postura que poderá ser revista, com o andar das coisas; à medida em que eles forem demonstrando estar em melhor condições de convívio, essas regras paulatinamente poderão ser revistas.



Mas, no momento, a recomendação que nós recebemos do Departamento Penitenciário é que se adote essa postura mais rígida, não como uma reverência, mas por uma questão de se preservar a segurança até da própria pessoa que ali está transitando, o preso não fica encarando a pessoa, não marque quem é a pessoa e, amanhã ou depois, possa acontecer alguma coisa para essa pessoa lá fora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos o Coronel pela palavra. O Delegado pediu para fazer uso da palavra, para fazer uma explanação. Então, depois dele, nós vamos passar a palavra ao...

**O SR. JUAREZ ALVES PEREIRA** - Só ia complementar o que o Coronel falou.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Pode complementar, então.

**O SR. JUAREZ ALVES PEREIRA** - Então, veja bem, até pela nossa caminhada no Departamento... São 12 anos de serviço que eu tenho; comecei como agente penitenciário, com formação em Psicologia e especialização em duas áreas voltadas ao tratamento de pessoas na área de saúde mental. E acho que — é até interessante deixar claro para a Deputada — quando a gente toma algumas medidas, eu vejo, nesses 12 anos de serviço, o preso como paciente. E é isso que a gente passa para todos os colegas. Não dá para querer que todo o agente penitenciário, como o Clayton colocou, tenha essa visão, porque isso é questão de alguns que entendem e que têm conhecimento científico sobre a área. Mas uma coisa eu posso garantir: quando a gente coloca alguns limites e faz com eles comecem a refletir — e esse procedimento é adotado na Penitenciária Industrial de Cascavel, que, quando começou, também teve os mesmos problemas. Toda unidade penal quando começa, em média, pela nossa prática, leva 6 meses para entrar no remanso, que é a gente identificar as quadrilhas.

Eu comecei em Guarapuava, Cascavel. Guarapuava estava iniciando, eu cheguei. Eu cheguei no início de Cascavel. Comecei em Ponta Grossa como Chefe de Segurança. E quando a gente pegou a Penitenciária de Ponta Grossa, com as 3 quadrilhas rivais dentro da unidade, a gente teve os mesmos procedimentos. Eu sempre deixo bem claro para o preso que a minha mão vai estar sempre estendida e



ela vai ser apertada de acordo com aquilo que o preso demonstra. É lógico que é dito para ele que o tratamento tem com ser dignidade, mas tem que ser com respeito.

Quando a gente cuidava da Penitenciária Central, com 1.500 presos, a gente só não perdia o controle, porque na hora que a gente entrava no caminho, no corredor central, o funcionário andava pelo meio e os presos pela parede. Quando tinha visita, eles encostavam, porque quando houver qualquer movimento para uma subversão da ordem, vai ser detectado por esse comportamento diferenciado. Esse preso não vai fazer, não vai atender, acatar ordem. Então, é um princípio de segurança para o visitante. Só que a senhora pode ter certeza que quando a senhora chegar num canteiro de trabalho, quando o preso chega numa fase de atendimento, é dito a ele que naquele ambiente ele pode se comportar como um trabalhador, como um aluno, mesmo estando preso. Na sala de atendimento, como foi questionado, na PIC a gente não tem ainda a sala devida para o atendimento do advogado. A porta fica aberta; se ele exigir, a porta é fechada, e, depois, é feito o procedimento de revista ao preso. A gente procura fazer aquilo que é necessário para garantir a segurança com a dignidade ao preso. Agora, essas coisas realmente chocam, quando a gente não entende. E quando a senhora diz que é complicado ver um preso como culpado, eu digo o seguinte: para alguns presos, infelizmente, a gente não tem prisão perpétua. E a única forma de ajudar os presos a não aumentarem sua dívida, ceifando a vida de outras pessoas, que é principalmente o crime contra costumes, seria a prisão perpétua. Era a única forma de ajudar, desde que com dignidade, desde que com tratamento adequado, porque ele vai voltar e vai aumentar a dívida dele, porque ele vai cometer outro crime. E não depende dele. Isso foge ao controle dele, porque faz parte. Lógico que isso é uma minoria, isso é um número muito pequeno. Agora, esse choque inicial que é dado, o sistema vem adotando isso e vem dando certo.

Quando a Penitenciária Central perdeu esse controle, ela perdeu a unidade. E hoje a Polícia Militar está tendo que estar lá dentro, tem que estar dividindo. Por quê? Porque os agentes perderam o espaço, perderam as condições ideais de trabalho que eles tinham. Os presos ficavam em fila. Em 800 presos na Penitenciária Provisória de Curitiba, na hora do jantar, na hora do almoço, e se um preso falasse e



fizesse qualquer gesto, a gente tirava da fila e eles obedeciam, porque eles tinham respeito. Quando a gente perdeu essa condição, a gente perdeu o controle da penitenciária, tanto da Central, quanto da PPC.

E hoje a gente só consegue manter a Central do Estado com o aparato policial lá dentro. Então, a gente não como abrir mão de alguns princípios, desde que, lógico, tem que ser questionado. O agente que tem essa conduta, tem que ser corrigido realmente pela direção da unidade, porque aquilo não pode se transformar numa humilhação. É lógico. Tanto que eu nunca vi, em 4 anos da minha vida militar, eu nunca vi ser humilhante um soldado ficar em posição de sentido; e quando ele fica à vontade, ele coloca a mão para trás.

Como técnico de segurança de trabalho que sou, eu sei que a mão para trás do preso coloca em risco a minha segurança, porque eu não sei o que ele tem na mão. Mas é um princípio de disciplina: ele tem que ficar com a mão para trás. E eu nunca peço para um preso ficar com a mão para trás. Eu começo a falar com ele e fico com a mão para trás. E ele, automaticamente, absorve a mensagem e se coloca. Agora, se a gente não fizer isso, com toda a estrutura que a Penitenciária Industrial de Cascavel tem — quando a gente reassumiu, o Coronel como Diretor e eu como Vice —, a gente tinha alguns presos que estavam comandando, estavam negociando e uma série de irregularidades. E perdia-se o respeito com a visita, no dia do pátio, da visita social, e a gente foi corrigindo isso. E hoje voltou àquilo que a senhora assistiu hoje. E só para corrigir aquilo que a senhora falou: não é prêmio, é uma conquista dos presos, através de um trabalho sério que é feito. É lógico que um preso que não tem condições, pela estrutura física, de ficar ali, a gente transfere para outra, assim como o Estado acaba transferindo para o federal quando não consegue dar conta na mesma medida de segurança, para preservar. Porque quando a gente separa um preso que coloca em risco outros 10, ou 20, ou 30, a gente está individualizando a pena, a gente está ajudando aqueles 10 ou 20 que querem cumprir a pena com dignidade e está dando oportunidade para esse que, por mais 1 mês, 2 meses, 3 meses, vai ter oportunidade de voltar ter o convívio normal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O.k. O Dr. Damázio queria fazer uma consideração?





**O SR. WILSON SALLES DAMÁZIO** - Concordo plenamente com o que disse o nosso querido Presidente e o nosso Diretor da Penitenciária. Procedimentos idênticos, Deputada Jusmari, são adotados na Penitenciária Federal de Catanduvas, e esses procedimentos são pautados, em primeiro lugar, na segurança da unidade e também na manutenção da disciplina. Essas pessoas que chegaram, que estão lá em Catanduvas, dominavam as penitenciárias de onde eles vieram, eles aterrorizavam. Muitos agentes penitenciários não tinham coragem de contraditá-los em momento nenhum. Diretores foram ameaçados até de morte. Nós temos juízes que foram mortos. Pessoas que estão que aí mataram juízes. Os 2 casos que nós temos, hoje, de morte de juiz, pelo menos recentemente, estão conosco aqui. Então, esses procedimentos são adotados não é para diminuir, não é para humilhar, não é um ritual, não é nada; eles são pautados em nome da segurança, da própria unidade das pessoas que ali transitam e também da disciplina. Porque se você relaxar realmente com a disciplina, eles começam a tomar o fôlego da direção da unidade, e daqui a pouco... Uma penitenciária nova como a dele, que inaugurou há pouco, um mês e pouco, ela volta, vem a ser o que tantas outras aí são: com os próprios detentos tomando conta da penitenciária. Tem locais aí, Deputado, que o detento é quem vai... O dirigente da penitenciária pergunta se fulano, o preso tal, que é para ir para a Justiça ou para receber uma intimação do juiz, se ele está e onde está a cela. O cara é quem vai chamá-lo. O agente penitenciário não adentra na penitenciária, como nós adentramos...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - No Espírito Santo, um tempo atrás, eram os presos é que ficavam com a chave.

**O SR. WILSON SALLES DAMÁZIO** - Pois é, o Deputado conhece aí. Uma outra coisa. A primeira vez que eu fiz reunião com os agentes penitenciários federais — porque eu assumi o sistema em agosto; já tinha uma turma formada, e já estava aqui em Catanduvas essa primeira turma —, houve “ene” deficiências, isso eu reconheço: o concurso não foi o melhor; a formação também não foi a melhor. Mas tudo na vida é evolução. A gente vai querendo construir uma coisa melhor. Na primeira conversa que eu tive com eles, eu disse o seguinte: “*Cinco por cento dos senhores serão demitidos a bem do serviço público*”. Aí eles olharam assim para mim e falaram: “*Mas o que é isso?*”— “*Ou por corrupção, ou por tortura, ou por isso,*



ou por aquilo". Não estou aqui querendo dizer que não exista nada disso e que não vai existir dentro da unidade. O que eu estou analisando aqui é um fato concreto, onde todas as autoridades que tinham que atuar no caso atuaram. Então, vamos respeitar o que vai decidir a Justiça. Afinal de contas, a gente luta por isso, e a CPI também. No âmbito das penitenciárias federais, nós, volto a dizer, não admitimos deslizes. O que acontece aqui na cidade, às vezes até o agente, no seu lazer... A Lei nº 8.112 não pune isso. O Estatuto da Polícia Federal já pune. Ela entra até na vida particular do sujeito. E o que é que estou fazendo hoje? Eu estou copiando o novo regulamento, o novo regime disciplinar da Polícia Federal, eu estou copiando para os agentes penitenciários. Eu estou chamando até de RDD do AGEPEN. Realmente, é muito duro, mas é absolutamente necessário. Nós não podemos tratar agentes penitenciários, policiais federais, policiais militares com aquelas mesmas transgressões que existem na Lei nº 8.112. No mais, estamos atentos a isso. Qualquer denúncia que chegar será apurada. Jamais eu vou dizer: Isso é mentira, eu não vou apurar isso. Agora, os senhores foram testemunhas de algumas queixas que ouviram lá no sistema: o caso do creme dental; a banana, que o detento disse que estava verde, que veio a banana verde. Eu peguei a banana, a banana estava madura. "*É por causa do calor que ela amadureceu agora.*" Eu digo: "*Mas espere aí, a banana chegou e, em meia hora, já amadureceu?*" Que calor desgraçado é esse! E a penitenciária estava fresquinha, não é Deputado?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - É verdade.

**O SR. WILSON SALLES DAMÁZIO** - Complementando aqui, eu quero me desculpar com a Presidência da Comissão se fui muito veemente nas minhas respostas para o Dr. Evangelista. Até me penitenciar também com ele. Às vezes, a gente, quando acredita muito numa coisa, a gente defende com muita força. E essa é a minha forma. Se em algum momento eu fui por demais agressivo, quero, primeiro, pedir desculpa à Presidência da Comissão e, em segundo lugar, ao Dr. Evangelista.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Obrigado, Dr. Damázio. O Shefer, que é delegado federal, queria fazer uma consideração também. Queríamos, inclusive, agradecer a disponibilidade de estar conosco, acompanhando os trabalhos desta Comissão durante todo o dia.



**O SR. GASTÃO SHEFER NETO** - Parabéns à Comissão pelos trabalhos realizados, e parabéns, especialmente, para o senhor. Eu até pedi a palavra para falar do seu projeto de lei, que achei excepcional. Achei excelente o projeto de lei que trata da tipificação da quadrilha, do crime organizado. Essa lacuna da lei já deveria ter sido preenchida há muito tempo. Faço votos que esse projeto seja aprovado o mais breve possível. Apesar de gostar dos seus projetos de lei, eu queria fazer um porém quando o senhor falou que o preso com nível superior deveria ter pena dobrada e não ficar separado. Olha, o preso, hoje, a maior parte não deve nem 1º grau completo. Nem isso, nem isso.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. GASTÃO SHEFER NETO** - Pois é. Não é o preso que tem... A maior parte dos presos não tem muito conhecimento, e já estão fazendo quadrilhas. Fazem quadrilhas, esquemas mirabolantes. Imagine se colocasse junto gente com nível superior, ali, para poder comandar esse grupo. Tem que ficar essa pergunta no ar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Eu fiz a consideração porque é comum analistas, sociólogos, todos aqueles que pensam, que entendem de segurança dizerem que o problema da violência no Brasil é a falta de educação. Pode até ser para algumas pessoas, mas quando nós afirmamos isso queremos botar a culpa nos analfabetos pela violência no Brasil.

Nós sabemos que muitos crimes são cometidos por pessoas que têm formação superior. Então, eu digo o seguinte: se nós fôssemos atribuir a violência à falta de educação, à falta de acesso à educação, em vez de nós darmos celeridade especial para quem tem curso superior — ou seja, esse não cometeu o crime por falta de oportunidade, nem por falta de acesso à educação —, nós deveríamos dar uma pena dobrada para ele e pegar todos aqueles que são analfabetos, que, pela nossa linha de raciocínio, estão na cadeia pela falta de acesso à educação e darmos uma pena menor. Ou até uma progressão de pena por ser analfabeto. Mas nós estamos fazendo até o contrário, estamos dando progressão de pena para quem estuda. É o que nós estamos fazendo para melhorar a qualidade de vida daquele cidadão. Da mesma forma, é quando alguns, fazendo discurso político, atribuem o aumento da violência simplesmente à pobreza, quando nós sabemos que ricos e



milionários cometem crimes no Brasil e são responsáveis por boa parte dos crimes deste País. Mas é comum nós fazermos uma análise, muitas vezes de forma aleatória, e atribuímos a violência à pobreza, atribuímos a violência à falta de políticas públicas, à falta de acesso da população a um certo nível da economia, a uma certa classe de renda. É fácil fazer esse discurso, porque jogamos a culpa para os governantes. Mas nós sabemos que a violência no Brasil... Esta semana, saiu uma pesquisa, um estudo... Eu vi ontem, inclusive, num jornal... Vi hoje num jornal aqui, vi num jornal em Brasília um estudo que diz que a classe que mais consome droga hoje no Brasil, que é responsável pela manutenção dos traficantes, dos megatraficantes não é mais de negro e pobre, é de branco de classe média, e de classe média alta. Inclusive, de universitários, pessoas que já chegaram ao banco das faculdades, que, pela nossa forma de raciocinar, teriam muito mais facilidade em dizer “não” para o crime, “não” para o consumo de drogas, “não” para o aliciamento de traficantes, estão acessando com mais facilidade as drogas. E, através das drogas, nós, que conhecemos o sistema, sabemos, vêm os outros crimes. Porque nós sabemos que 80% da população carcerária, 80% são usuários de drogas, 80% estão aqui porque iniciaram a sua vida no crime, consumindo drogas, sendo “avião”, depois traficante, depois assaltante. E, normalmente, 80% são consumidores de drogas. Então, a gente percebe, pelo menos nos presídios aqui do Paraná, que a população carcerária aqui já não tem a mesma característica da população de cor negra de outros Estados.

Pelo que percebi aqui, a maior parte é de população de cor branca. É a observação que eu fiz dentro do sistema carcerário. Mas é comum nós atribuímos a violência a pobres, negros e analfabetos. E esses números, essas estatísticas estão se invertendo. Por isso é que eu fiz aquele comentário. Mas, com certeza, o profissional do crime, com especialidade, talvez daria muito mais trabalho dentro do sistema carcerário. Então, é por isso, quem sabe, em vez de colocar normalmente quem tem curso superior numa cela especial, deveria colocá-lo num RDD, para ele não ter contato com outro.

**O SR. GASTÃO SHEFER NETO** - Mais uma vez, parabéns pelo seu projeto de lei. Eu gostaria que o senhor dirigisse os agradecimentos à equipe: agentes Vicente, Augusto e Raul.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos. Já agradecemos e agradecemos novamente o apoio que recebemos do Governo do Estado; o apoio que recebemos da OAB local; do Ministério Público; do Governo do Estado, através da Secretaria de Justiça; do DEPEN, através do Dr. Damázio; da Câmara Municipal, através dos Vereadores; e do Prefeito, aqui representado pelo Prefeito em Exercício, Vander, que esteve conosco. Nós já estamos chegando ao final da nossa CPI, da nossa audiência. João Batista de Almeida tinha feito a solicitação para fazer uso da palavra. Eu queria conceder-lhe a palavra para fazer a saudação à CPI e uma consideração em nome da cidade. Logo em seguida, vamos passar a palavra ao Clayton e vamos encerrar o trabalho desta audiência aqui, na cidade de Cascavel.

**O SR. JOÃO BATISTA DE ALMEIDA** - Espero que, cumprimentando o nobre Vereador, o nobre Deputado — perdão! — e a Deputada, eu assim o faço para toda a Mesa e as autoridades constituídas. Já tive o privilégio também de atuar na área de segurança e fico feliz em estar numa cidade que cresce a cada dia, encontrando caminhos, e caminhos nobres, para resolver as nossas mazelas. É que elas não nascem por acaso, não é.

Aqui, nesta Mesa constituída, eu tenho o prazer de ter um grande amigo, o Coronel Amauri, não apenas um conhecido, na minha linguagem de autoridade, mas é um amigo, uma pessoa pela qual tenho um apreço muito grande. Sou membro do Conselho de Meio Ambiente, do Conselho de Planejamento e do Plano Diretor, também, desta cidade; sou Presidente de uma ONG. O assunto que me traz aqui, dentro do contexto que é discutido nesta plenária... Eu gostaria de deixar uma sugestão. Não venho fazer nenhuma reclamação, porque o Brasil precisa de cidadãos que tragam as sugestões. Nós estamos precisando é muito disso.

Tenho acompanhado o trabalho de vocês na *TV Câmara* quando posso e no Senado também e tenho visto que a nossa necessidade é de contribuição positiva para resolver os problemas. Então, eu quero deixar, assim, uma proposta de quando se fizer o projeto, se executar esse projeto para os presídios, que se faça o estudo chamado EIV, que é Estudo de Impacto de Vizinhança, e o Estudo de Impacto Ambiental. Assim sendo, depois de fazer esse estudo e implementar nesses presídios, nós notamos que alguns deles permeiam alguns recursos hídricos. E nós



temos também esse privilégio em Cascavel, porque somos detentores de 11 rios dentro praticamente da área urbana. Temos 1.250 nascentes nessa cidade, fazemos parte de 3 bacias hidrográficas, que é o Paraná III, o Baixo Iguaçu e o Piquiri, dentro das 16 do Paraná, e embaixo dos nossos pés tem um bolsão de água, que é o bolsão Guarani, que é o aquífero que é a menina dos olhos do mundo inteiro. E eu tenho certeza de que a água é uma forma muito simples, H<sub>2</sub>O, duas partículas de hidrogênio mais uma de oxigênio, mas eu não encontrei ninguém ainda que recebeu o Prêmio Nobel por fazer no laboratório. Então, estou aqui nesse local para defender esse líquido, a água, os nossos rios e as nossas nascentes.

E eu gostaria de deixar a sugestão para que, na feitura desses presídios, pudessem, como ele tem uma área extensa, pudessem captar a água de chuva para fazer o trabalho, a dispensa no esgotamento sanitário, que eu acho muito interessante e ia resolver esse problema. Recentemente, nós tivemos um probleminha, não é, coronel, mas estamos resolvendo, porque aqui em Cascavel a gente faz assim: a gente tem um problema? Tem. Então, nós vamos resolver, não vamos ficar espalhando para o mundo inteiro isso se temos capacidade de resolver aqui, não é? E, competentemente, nós temos aqui pessoas que estão brigando pela parte de meio ambiente, apesar de que quando falamos em meio ambiente parece que nós separamos o ser humano da água, do peixe, do pássaro.

E, na realidade, é criar condições de qualidade de vida. Qualidade de vida para aqueles que estão aprisionados e para aqueles também que cuidam dessa qualidade de vida dos que estão cuidando do sistema. Eu quero deixar aqui os meus votos de apreço a esta Comissão. Eu me sinto muito feliz quando olho esse brasão aqui do Município, mas acima de tudo o brasão do nosso Brasil. Eu tive oportunidade, como artista plástico, de morar em 4 países. Mas eu prefiro morar aqui com as dificuldades que, às vezes, tenho. Eu tenho 2 filhas que pretendo também que elas sintam esse orgulho da cidade, do nosso Estado e do nosso País. Parabéns aos senhores! E sinto, assim, que às vezes que vou votar não são jogadas ao léu. Sinto orgulho dos senhores e quero que levem com carinho essa idéia, porque são idéias pequeninas às vezes, mas que elas passam, às vezes, batidas, e elas podem trazer grande contribuição para a qualidade de vida de todos nós. Meu muito obrigado e parabéns pela jornada! Eu estava aqui desde as 4h da tarde e vi



que foi uma jornada extensa. Eu me sinto muito orgulhoso do nosso País e do Legislativo que nós temos em todas as suas instâncias, do nosso jurídico e também do nosso Executivo. Se houver mazelas, eu serei uma das pedrinhas do quebra-cabeça para contribuir. E as coisas que são de acusações que fiquem para as áreas que são técnicas, que são justas, e os senhores têm a competência para concluir esses assuntos. Meu muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nós é que agradecemos ao João Batista de Almeida por permanecer até este momento para fazer sua exposição, o seu pensamento. Eu sei que alguns dos senhores podem até achar estranho falar de meio ambiente aqui, discutindo questão prisional, mas agradecemos a Deus e sabemos que o mundo precisa de pessoas que tenham coragem de se posicionar e de emitir sua opinião, de defender seus ideais onde quer que esteja. Sabemos que essa luta do meio ambiente que foi travada muitos anos atrás por alguns desbravadores chamados de loucos e sensacionalistas hoje faz parte da agenda nacional, da agenda mundial. É uma realidade que tem o envolvimento de praticamente todas as entidades, de Parlamentares, do Executivo, de ONGs, do terceiro setor e de outras empresas. Esse assunto passou a ser uma preocupação e não tem por que ficar de fora da discussão do sistema prisional.

Na verdade, são obras significativas, obras estruturantes dentro de um município. Com certeza, uma legislação ambiental adequada poderá facilitar e evitar problemas no futuro. Clayton, presidente dos agentes, pediu a palavra para uma consideração final, e, logo em seguida, vamos encerrar, pois já estamos no nosso horário final de reunião.

**O SR. CLAYTON AGOSTINHO AUWERTER** - Antes de encerrarmos, Deputado, só duas observações didáticas. Dr. Delegado, o senhor sabe como nasceu o crime organizado no Brasil? Da associação de presos comuns com os presos políticos de unidades penais. O arrojo do preso comum e a inteligência do preso político culminou no Comando Vermelho. E daí depois vieram todas essas legendas que conhecemos bem.

A minha outra observação diz respeito ainda àquela questão da postura do preso. Só queria chamar a atenção dos senhores que o universo penitenciário é um ambiente atípico, e, portanto, ele carece de diferenciação. Então, o que acontece?



Nós temos uma sociedade à parte dentro de uma unidade penal, e ela tem as suas convenções, tem o seu próprio dialeto, tem os seus hábitos.

Eu sei que autoridade na rua, para se impor, não usa certos subterfúgios. As Polícias Civil, Militar, a própria autoridade constituída tem recursos para manter a ordem e se fazer impor como autoridade. Então, nós temos alguns recursos, e, dentre todos esses, este é um desses. Eu acho que até pode parecer cruel ou degradante para uma pessoa alheia ao sistema, mas é uma ferramenta de trabalho, e ninguém dentro de unidade penal, nem agente penitenciário, nem servidor penitenciário, está ali para humilhar preso ou para... Nós estamos ali para fazer o nosso papel, que é vigilância e custódia, com respeito à comunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nós queremos agradecer a todos, parabenizar os diretores. Eu, particularmente, gostei do que vi no sistema prisional. É claro que nenhum sistema é perfeito. Nós estamos buscando essa perfeição. Acredito que a disciplina é a alma, o sucesso do sistema prisional, até porque a maior parte dos que estão ali estão por, geralmente, não terem sido disciplinados adequadamente, talvez, pelos responsáveis pela disciplina na infância ou na adolescência. E nós temos a certeza de que a indisciplina, com certeza, seria um fator negativo. Eu estava até comentando com a Deputada Jusmari. Eu estava lembrando dos Guardiões da Independência, que ficam na porta do Palácio, por 4 horas, sem poder mexer o olho quando a gente chega lá... E as pessoas tiram fotos brincando. Mas a disciplina é importante dentro do sistema prisional, a hierarquia é importante, o respeito aos diretores é extremamente importante. E nós sabemos que o excesso, é claro, é que tem que ser evitado. Mas sabemos que os procedimentos adotados pelo sistema prisional das 3 unidades que nós visitamos são sistemas que estão se aproximando daquilo que nós queremos para o Brasil.

Então, quero parabenizar os diretores. Nós sabemos que não é qualquer um que consegue realizar um trabalho no sistema prisional. Se todo mundo chegar e querer impor sua opinião... Digo até, Damázio, que deveríamos ter um padrão, na verdade, para direção de presídio. Nós não temos no Brasil, e é um problema. Cada diretor impõe o seu ritmo. Às vezes, o preso está acostumado com um ritmo, daqui a pouco chega outro diretor e muda, o outro sai. Acredito que nós deveríamos mudar a legislação, diretor de presídio ser concursado, todos no mesmo nível, ter um padrão





de direção. Hoje, alguns Estados fazem concurso, outros não fazem, é indicação. Isso traz um transtorno muito grande. E quando é indicação, muda o comando, muda o secretário, muda o diretor. Às vezes, a coisa está funcionando bem, mas mudou o secretário, mudou o subsecretário, aí muda o sistema. Isso traz uma instabilidade grande para os presos e traz revolta, porque às vezes o preso está acostumado com um diretor que incentiva a educação, que incentiva o trabalho. Daqui a pouco, chega outro que corta tudo e não deixa ninguém trabalhar, não luta para ter uma escola, para ter uma melhoria dentro do sistema, e isso às vezes traz transtorno dentro do presídio. Então, quero parabenizar os diretores, parabenizar os agentes. O diretor queria fazer a última consideração?

**O SR. JUAREZ ALVES PEREIRA** - Só queria fazer uma última...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - É que nós temos que encerrar mesmo, porque temos que nos dirigir ao aeroporto.

**O SR. JUAREZ ALVES PEREIRA** - Não. É só para a Comissão ficar tranqüila, em nome do departamento penitenciário. É lógico que em nenhum momento a política do departamento penitenciário contempla e apóia esse tratamento que foi citado em relação ao preso. Quando isso acontece, é corrigido. O preso é chamado pelo nome... E até uma técnica que a gente usa é de chamá-lo de “senhor” quando a gente quer distanciá-lo da relação com o funcionário. Quando o preso começa a se indisciplinar, a gente costuma dizer: “*Olha, o senhor é preso e sabe como deve se comportar. E vai responder por isso*”. Então, é lógico que isso existe, mas o departamento penitenciário tem um trabalho sério em cima do próprio comportamento. Só que não é fácil, porque tem que tratar, tem que promover esse entendimento para o agente penitenciário, para ele entender que ele tem como se impor com educação. Então, é um trabalho contínuo. Se isso foi falado... E, quando isso acontece, é corrigido no departamento. O preso é chamado pelo nome. Só que é uma cultura que a gente vem combatendo de longa data, porque antigamente era normal, então hoje está-se combatendo isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O.k. Bom, nós chegamos, assim, ao final da nossa programação aqui no Estado do Paraná. Agradecemos a todos: agradecemos ao delegado; agradecemos à OAB local; agradecemos à Câmara; ao nosso motorista da *van* da Prefeitura — o Milton, não é? —, o Valmir.



Muito obrigado pela atenção. Parabenizar a cidade de Cascavel pela farda bonita que a guarda patrimonial também tem aqui; agradecer à equipe da Câmara, à equipe sonotécnica da Câmara, de sonorização, que está conosco até o momento. Gente, muito obrigado. Agradeço a todos.

Está encerrada a presente sessão.